

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

Dfs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	6
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	7
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020	9
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019	10
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2018 à 31/12/2018	11
--------------------------------	----

Demonstração de Valor Adicionado	12
----------------------------------	----

Dfs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	14
---------------------------	----

Balanço Patrimonial Passivo	15
-----------------------------	----

Demonstração do Resultado	17
---------------------------	----

Demonstração do Resultado Abrangente	18
--------------------------------------	----

Demonstração do Fluxo de Caixa	19
--------------------------------	----

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020	21
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019	22
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2018 à 31/12/2018	23
--------------------------------	----

Demonstração de Valor Adicionado	24
----------------------------------	----

Relatório da Administração/comentário do Desempenho	26
---	----

Notas Explicativas	37
--------------------	----

Pareceres E Declarações

Relatório do Auditor Independente	88
-----------------------------------	----

Parecer ou Relatório Resumido, se Houver, do Comitê de Auditoria (estatutário ou Não)	91
---	----

Declaração Dos Diretores Sobre as Demonstrações Financeiras	92
---	----

Declaração Dos Diretores Sobre O Relatório do Auditor Independente	93
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Último Exercício Social 31/12/2020
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	187.290
Preferenciais	0
Total	187.290
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dfs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2020	Penúltimo Exercício 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 31/12/2018
1	Ativo Total	1.788.629	1.165.118	806.987
1.01	Ativo Circulante	953.901	556.301	453.550
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	417.497	148.840	119.227
1.01.02	Aplicações Financeiras	5.401	2.094	3.997
1.01.03	Contas a Receber	91.831	98.919	78.488
1.01.03.01	Clientes	91.831	98.919	78.488
1.01.04	Estoques	318.904	224.323	214.224
1.01.06	Tributos a Recuperar	70.302	52.927	15.337
1.01.07	Despesas Antecipadas	3.837	8.809	7.896
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	46.129	20.389	14.381
1.01.08.03	Outros	46.129	20.389	14.381
1.01.08.03.01	Outros créditos	46.129	20.389	14.381
1.02	Ativo Não Circulante	834.728	608.817	353.437
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	337.423	261.170	238.936
1.02.01.04	Contas a Receber	7	0	0
1.02.01.04.01	Clientes	7	0	0
1.02.01.07	Tributos Diferidos	132.582	130.527	124.603
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	132.582	130.527	124.603
1.02.01.08	Despesas Antecipadas	2.265	3.763	5.953
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	188.652	112.273	92.794
1.02.01.09.03	FIDC Verdecard	188.652	100.981	82.329
1.02.01.09.04	Partes relacionadas - Outras contas a receber	0	11.292	10.465
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	13.917	14.607	15.586
1.02.01.10.03	Depósitos judiciais	13.708	14.442	15.192
1.02.01.10.04	Outro créditos	209	165	394
1.02.02	Investimentos	73.055	56.781	40.511
1.02.03	Imobilizado	399.593	268.587	53.835
1.02.04	Intangível	24.657	22.279	20.155

Dfs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2020	Penúltimo Exercício 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 31/12/2018
2	Passivo Total	1.788.629	1.165.118	806.987
2.01	Passivo Circulante	763.514	525.220	470.670
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	66.899	51.264	35.511
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	66.899	51.264	35.511
2.01.01.02.01	Salários e férias a pagar	66.899	51.264	35.511
2.01.02	Fornecedores	369.366	314.051	245.803
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	369.366	314.051	245.803
2.01.02.01.01	Fornecedores	357.261	267.461	208.483
2.01.02.01.02	Fornecedores conveniados	12.105	46.590	37.320
2.01.03	Obrigações Fiscais	15.904	11.612	11.023
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	167.908	69.235	106.659
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	167.908	69.235	106.659
2.01.05	Outras Obrigações	143.437	79.058	71.674
2.01.05.02	Outros	143.437	79.058	71.674
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	15.123	5.081	0
2.01.05.02.05	Passivos de arrendamento	45.837	37.298	0
2.01.05.02.07	Partes relacionadas	0	0	42.161
2.01.05.02.08	Receita diferida	1.460	1.593	2.431
2.01.05.02.09	Obrigações por repasse	16.690	18.099	16.213
2.01.05.02.10	Outras obrigações	64.327	16.987	10.869
2.02	Passivo Não Circulante	545.788	494.232	197.661
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	207.835	266.764	138.830
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	207.835	266.764	138.830
2.02.02	Outras Obrigações	310.186	218.280	49.804
2.02.02.02	Outros	310.186	218.280	49.804
2.02.02.02.04	Passivos de arrendamento	262.176	170.332	0
2.02.02.02.05	Receita diferida	235	1.460	3.458
2.02.02.02.06	Contas a pagar por aquisição de investimento	47.775	46.488	46.346
2.02.04	Provisões	27.767	9.188	9.027

Dfs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2020	Penúltimo Exercício 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 31/12/2018
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	27.767	9.188	9.027
2.03	Patrimônio Líquido	479.327	145.666	138.656
2.03.01	Capital Social Realizado	450.563	139.827	139.827
2.03.02	Reservas de Capital	-26.375	2.480	92.982
2.03.04	Reservas de Lucros	55.139	3.359	0
2.03.04.01	Reserva Legal	3.816	423	0
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	44.407	0	0
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	6.916	2.936	0
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	0	0	-94.153

Dfs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	1.255.400	1.003.545	999.404
3.01.01	Venda de mercadorias	1.182.733	934.944	914.754
3.01.02	Serviços prestados	72.667	68.601	84.650
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-820.039	-651.632	-664.825
3.03	Resultado Bruto	435.361	351.913	334.579
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-435.177	-358.014	-311.354
3.04.01	Despesas com Vendas	-343.674	-286.675	-242.309
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-90.937	-74.736	-72.721
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-16.840	-12.873	-3.038
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	16.274	16.270	6.714
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	184	-6.101	23.225
3.06	Resultado Financeiro	88.555	41.647	6.086
3.06.01	Receitas Financeiras	161.494	124.652	60.517
3.06.02	Despesas Financeiras	-72.939	-83.005	-54.431
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	88.739	35.546	29.311
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-20.873	-5.424	-9.876
3.08.01	Corrente	-22.928	-7.738	-7.688
3.08.02	Diferido	2.055	2.314	-2.188
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	67.866	30.122	19.435
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	67.866	30.122	19.435
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	0,41164	0,18831	0,12090
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	0,41115	0,18831	0,12090

Dfs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
4.01	Lucro Líquido do Período	67.866	30.122	19.435
4.03	Resultado Abrangente do Período	67.866	30.122	19.435

Dfs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	74.317	53.385	8.493
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	170.592	99.783	41.648
6.01.01.01	Lucro do exercício	67.866	30.122	19.435
6.01.01.02	Depreciação e amortização	59.799	47.887	11.891
6.01.01.03	Reversão créditos fiscais depreciação e amortização	2.562	2.014	0
6.01.01.04	Créditos fiscais passivo de arrendamento	826	706	0
6.01.01.05	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-367	519	-84
6.01.01.07	Ganho na venda e/ou custo de ativo imobilizado e intangível baixados	-11	-14	-121
6.01.01.08	Encargos financeiros sobre contas a pagar por aquisição de investimento	1.287	2.608	2.548
6.01.01.09	Encargos financeiros sobre empréstimos e financiamentos	18.801	20.372	14.971
6.01.01.10	Encargos financeiros passivo de arrendamentos	19.389	15.066	0
6.01.01.11	Provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis	18.535	390	165
6.01.01.12	Provisão para perdas em estoques	-1.023	1.533	-67
6.01.01.13	Apropriação de receita diferida	-1.358	-2.836	-2.564
6.01.01.14	Imposto de renda e contribuição social diferidos	-2.055	-2.314	2.188
6.01.01.15	Equivalência patrimonial	-16.274	-16.270	-6.714
6.01.01.16	Plano de opção de compra de ações	2.615	0	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-96.275	-46.398	-33.155
6.01.02.01	contas a receber de clientes e partes relacionadas	7.448	-20.950	16.821
6.01.02.02	Estoques	-93.558	-11.632	-33.571
6.01.02.03	Quotas subordinadas FIDC Verdecard	-87.671	-18.652	-82.329
6.01.02.04	Créditos diversos	-40.667	-41.571	-24.419
6.01.02.05	Fornecedores	53.278	66.709	32.105
6.01.02.06	Impostos e contribuições a recolher	14.074	1.903	1.816
6.01.02.07	Imposto de renda e contribuição social pagos	-10.745	-1.335	-888
6.01.02.08	Outras obrigações e contas a pagar	61.566	-20.870	57.310
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-55.694	-35.014	-20.774
6.02.01	Aplicações financeiras	-3.307	1.903	5.801
6.02.02	Aquisição de imobilizado	-44.229	-31.880	-22.798

Dfs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
6.02.03	Recebimento pela venda de imobilizado e intangível	11	107	445
6.02.04	Adições ao intangível	-8.169	-5.144	-4.222
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	250.034	11.242	98.339
6.03.01	Captação de aquisição plano de opção de compra de ações	0	0	1.888
6.03.02	Resgate de ações	0	-11.002	0
6.03.03	Captação de financiamentos - terceiros	92.219	322.085	260.064
6.03.04	Pagamento de juros sobre financiamentos e mútuos	-9.810	-22.575	-13.475
6.03.05	Pagamento de valor principal de financiamentos	-60.512	-226.599	-139.800
6.03.06	Pagamento de passivo de arrendamentos	-41.753	-35.601	0
6.03.07	Recebimento de recursos de partes relacionadas	10.338	0	-10.338
6.03.08	Pagamento de juros de passivo de arrendamentos	-19.389	-15.066	0
6.03.09	Integralização de capital	284.022	0	0
6.03.10	Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	-5.081	0	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	268.657	29.613	86.058
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	148.840	119.227	33.169
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	417.497	148.840	119.227

Dfs Individuais / Demonstração Das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	139.827	2.480	3.359	0	0	145.666
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	139.827	2.480	3.359	0	0	145.666
5.04	Transações de Capital com os Sócios	310.736	-28.855	51.780	-67.866	0	265.795
5.04.01	Aumentos de Capital	310.736	0	0	0	0	310.736
5.04.02	Gastos com Emissão de Ações	0	-31.470	0	0	0	-31.470
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	2.615	0	0	0	2.615
5.04.08	Dividendos e juros sobre capital próprio	0	0	0	-16.086	0	-16.086
5.04.11	Reserva legal	0	0	3.393	-3.393	0	0
5.04.12	Reserva de incentivos fiscais	0	0	3.980	-3.980	0	0
5.04.13	Reserva de retenção de lucros	0	0	44.407	-44.407	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	67.866	0	67.866
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	67.866	0	67.866
5.07	Saldos Finais	450.563	-26.375	55.139	0	0	479.327

Dfs Individuais / Demonstração Das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	139.827	92.982	0	-94.153	0	138.656
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	-7.008	0	-7.008
5.02.01	Adoção impactos IFRS 16	0	0	0	-7.008	0	-7.008
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	139.827	92.982	0	-101.161	0	131.648
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-90.502	3.359	71.039	0	-16.104
5.04.08	Dividendos e juros sobre capital próprio	0	0	0	-5.102	0	-5.102
5.04.09	Resgate de ações	0	-11.002	0	0	0	-11.002
5.04.10	Absorção de prejuízos acumulados	0	-79.500	0	79.500	0	0
5.04.11	Reserva legal	0	0	423	-423	0	0
5.04.12	Reserva de incentivos fiscais	0	0	2.936	-2.936	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	30.122	0	30.122
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	30.122	0	30.122
5.07	Saldos Finais	139.827	2.480	3.359	0	0	145.666

Dfs Individuais / Demonstração Das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 31/12/2018**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	139.827	91.094	0	-112.909	0	118.012
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	-679	0	-679
5.02.01	Complemento provisão para créditos de liquidação duvidosa adoção inicial IFRS 9	0	0	0	-1.029	0	-1.029
5.02.02	Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre provisão para créditos de liquidação duvidosa	0	0	0	350	0	350
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	139.827	91.094	0	-113.588	0	117.333
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	1.888	0	0	0	1.888
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	1.888	0	0	0	1.888
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	19.435	0	19.435
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	19.435	0	19.435
5.07	Saldos Finais	139.827	92.982	0	-94.153	0	138.656

Dfs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
7.01	Receitas	1.658.702	1.297.682	1.142.543
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.646.563	1.297.744	1.142.127
7.01.02	Outras Receitas	11.772	457	332
7.01.04	Provisão/Reversão de Crédts. Liquidação Duvidosa	367	-519	84
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-1.084.639	-928.487	-774.422
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-1.037.353	-888.184	-747.133
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-48.309	-38.770	-27.356
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	1.023	-1.533	67
7.03	Valor Adicionado Bruto	574.063	369.195	368.121
7.04	Retenções	-59.799	-47.887	-11.891
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-59.799	-47.887	-11.891
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	514.264	321.308	356.230
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	177.768	140.922	67.231
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	16.274	16.270	6.714
7.06.02	Receitas Financeiras	161.494	124.652	60.517
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	692.032	462.230	423.461
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	692.032	462.230	423.461
7.08.01	Pessoal	260.797	212.799	188.425
7.08.01.01	Remuneração Direta	225.255	184.571	164.908
7.08.01.02	Benefícios	17.554	12.742	9.962
7.08.01.03	F.G.T.S.	17.988	15.486	13.555
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	246.018	105.444	107.589
7.08.02.01	Federais	126.574	83.325	80.461
7.08.02.02	Estaduais	115.055	18.280	23.027
7.08.02.03	Municipais	4.389	3.839	4.101
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	117.351	113.865	108.012
7.08.03.01	Juros	72.939	83.005	54.431
7.08.03.02	Aluguéis	13.259	10.433	46.351
7.08.03.03	Outras	31.153	20.427	7.230

Dfs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	67.866	30.122	19.435
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	11.630	5.102	0
7.08.04.02	Dividendos	3.493	0	0
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	52.743	25.020	19.435

Dfs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2020	Penúltimo Exercício 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 31/12/2018
1	Ativo Total	2.218.692	1.644.802	1.166.710
1.01	Ativo Circulante	1.602.379	1.153.869	902.818
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	475.437	240.251	149.933
1.01.02	Aplicações Financeiras	31.536	30.035	31.399
1.01.03	Contas a Receber	646.336	570.894	461.695
1.01.03.01	Clientes	646.336	570.894	461.695
1.01.04	Estoques	318.904	224.323	214.224
1.01.06	Tributos a Recuperar	70.323	52.966	18.046
1.01.07	Despesas Antecipadas	2.356	6.612	5.699
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	57.487	28.788	21.822
1.01.08.03	Outros	57.487	28.788	21.822
1.01.08.03.01	Outros créditos	57.487	28.788	21.822
1.02	Ativo Não Circulante	616.313	490.933	263.892
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	173.191	183.920	180.109
1.02.01.04	Contas a Receber	18.190	16.310	13.896
1.02.01.04.01	Clientes	18.190	16.310	13.896
1.02.01.07	Tributos Diferidos	140.548	141.265	139.748
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	140.548	141.265	139.748
1.02.01.08	Despesas Antecipadas	18	10	0
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	0	11.292	10.465
1.02.01.09.04	Partes relacionadas - Outras contas a receber	0	11.292	10.465
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	14.435	15.043	16.000
1.02.01.10.03	Depósitos judiciais	14.222	14.876	15.606
1.02.01.10.04	Outros créditos	213	167	394
1.02.03	Imobilizado	399.608	268.604	53.842
1.02.04	Intangível	43.514	38.409	29.941

Dfs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2020	Penúltimo Exercício 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 31/12/2018
2	Passivo Total	2.218.692	1.644.802	1.166.710
2.01	Passivo Circulante	977.080	707.482	569.045
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	70.767	54.085	37.172
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	70.767	54.085	37.172
2.01.01.02.01	Salários e férias a pagar	70.767	54.085	37.172
2.01.02	Fornecedores	369.366	314.051	245.803
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	369.366	314.051	245.803
2.01.02.01.01	Fornecedores	357.261	267.461	208.483
2.01.02.01.02	Fornecedores conveniados	12.105	46.590	37.320
2.01.03	Obrigações Fiscais	17.579	13.103	11.846
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	167.908	69.235	106.659
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	167.908	69.235	106.659
2.01.05	Outras Obrigações	351.460	257.008	167.565
2.01.05.02	Outros	351.460	257.008	167.565
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	15.123	5.081	0
2.01.05.02.04	Quotas seniores FIDC Verdecard	81.406	63.275	29.081
2.01.05.02.05	Passivos de arrendamento	45.837	37.298	0
2.01.05.02.06	Obrigações com conveniadas	120.682	105.908	101.816
2.01.05.02.08	Receita diferida	1.460	1.593	2.431
2.01.05.02.09	Obrigações por repasse	16.690	18.099	16.213
2.01.05.02.10	Outras obrigações	70.262	25.754	18.024
2.02	Passivo Não Circulante	762.285	791.654	459.009
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	207.835	266.764	138.830
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	207.835	266.764	138.830
2.02.02	Outras Obrigações	525.048	514.330	310.370
2.02.02.02	Outros	525.048	514.330	310.370
2.02.02.02.03	Quotas seniores FIDC Verdecard	214.862	296.050	260.566
2.02.02.02.04	Passivos de arrendamento	262.176	170.332	0
2.02.02.02.05	Receita diferida	235	1.460	3.458

Dfs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2020	Penúltimo Exercício 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 31/12/2018
2.02.02.02.06	Contas a pagar por aquisição de investimento	47.775	46.488	46.346
2.02.04	Provisões	29.402	10.560	9.809
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	29.402	10.560	9.809
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	479.327	145.666	138.656
2.03.01	Capital Social Realizado	450.563	139.827	139.827
2.03.02	Reservas de Capital	-26.375	2.480	92.982
2.03.04	Reservas de Lucros	55.139	3.359	0
2.03.04.01	Reserva Legal	3.816	423	0
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	44.407	0	0
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	6.916	2.936	0
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	0	0	-94.153

Dfs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	1.621.164	1.344.032	1.180.501
3.01.01	Venda de mercadorias	1.182.733	934.944	914.754
3.01.02	Serviços prestados	438.431	409.088	265.747
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-951.361	-801.991	-744.417
3.03	Resultado Bruto	669.803	542.041	436.084
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-516.235	-428.059	-360.050
3.04.01	Despesas com Vendas	-346.436	-287.673	-243.536
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-151.780	-125.629	-113.117
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-18.019	-14.757	-3.397
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	153.568	113.982	76.034
3.06	Resultado Financeiro	-55.126	-66.458	-43.822
3.06.01	Receitas Financeiras	19.022	16.020	12.854
3.06.02	Despesas Financeiras	-74.148	-82.478	-56.676
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	98.442	47.524	32.212
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-30.576	-17.402	-12.777
3.08.01	Corrente	-29.859	-15.310	-10.613
3.08.02	Diferido	-717	-2.092	-2.164
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	67.866	30.122	19.435
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	67.866	30.122	19.435
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	67.866	30.122	19.435
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	0,41164	0,18831	0,12090
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	0,41115	0,18831	0,12090

Dfs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	67.866	30.122	19.435
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	67.866	30.122	19.435
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	67.866	30.122	19.435

Dfs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	43.209	121.574	56.411
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	160.064	179.802	74.136
6.01.01.01	Lucro do exercício	67.866	30.122	19.435
6.01.01.02	Depreciação e amortização	61.243	48.478	12.419
6.01.01.03	Reversão créditos fiscais depreciação e amortização	2.562	2.014	0
6.01.01.04	Créditos fiscais passivo de arrendamento	826	706	0
6.01.01.05	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-31.646	58.683	24.895
6.01.01.07	Ganho na venda e/ou custo de ativo imobilizado e intangível baixados	-11	-14	-121
6.01.01.08	Encargos financeiros sobrecontas a pagar por aquisição de investimento	1.287	2.608	2.548
6.01.01.09	Encargos financeiros sobre empréstimos e financiamentos	18.801	20.372	15.362
6.01.01.10	Encargos financeiros passivo de arrendamentos	19.389	15.066	0
6.01.01.11	Provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis	18.796	978	65
6.01.01.12	Provisão para perdas em estoques	-1.023	1.533	-67
6.01.01.13	Apropriação de receita diferida	-1.358	-2.836	-2.564
6.01.01.14	Imposto de renda e contribuição social diferidos	717	2.092	2.164
6.01.01.16	Plano de opção de compra de ações	2.615	0	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-116.855	-58.228	-17.725
6.01.02.01	Contas a receber de clientes e partes relacionadas	-45.676	-170.296	-302.265
6.01.02.02	Estoques	-93.558	-11.632	-33.571
6.01.02.04	Créditos diversos	-45.910	-42.078	-23.220
6.01.02.05	Fornecedores	53.278	66.709	32.105
6.01.02.06	Impostos e contribuições a recolher	18.104	6.286	4.152
6.01.02.07	Imposto de renda e contribuição social pagos	-14.591	-5.050	-3.985
6.01.02.08	Outras obrigações e contas a pagar	59.781	24.063	10.183
6.01.02.09	Quotas seniores FIDC Verdecard	-63.057	69.678	289.647
6.01.02.10	Obrigações com conveniadas	14.774	4.092	9.229
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-58.057	-42.498	-50.975
6.02.01	Aplicações financeiras	-1.501	1.364	-21.601
6.02.02	Aquisição de imobilizado	-44.231	-31.895	-22.799

Dfs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
6.02.03	Recebimento pela venda de imobilizado e intangível	11	107	445
6.02.04	Adições ao intangível	-12.336	-12.074	-7.020
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	250.034	11.242	97.948
6.03.01	Captação de aquisição plano de opção de compra de ações	0	0	1.888
6.03.02	Resgate de ações	0	-11.002	0
6.03.03	Captação de financiamentos - terceiros	92.219	322.085	260.064
6.03.04	Pagamento de juros sobre financiamentos e mútuos	-9.810	-22.575	-13.866
6.03.05	Pagamento do valor principal de financiamentos	-60.512	-226.599	-139.800
6.03.06	Pagamento de passivo de arrendamentos	-41.753	-35.601	0
6.03.07	Recebimentos de recursos de partes relacionadas	10.338	0	-10.338
6.03.08	Pagamento de juros de passivo de arrendamentos	-19.389	-15.066	0
6.03.09	Integralização de capital	284.022	0	0
6.03.10	Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	-5.081	0	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	235.186	90.318	103.384
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	240.251	149.933	46.549
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	475.437	240.251	149.933

Dfs Consolidadas / Demonstração Das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	139.827	2.480	3.359	0	0	145.666	0	145.666
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	139.827	2.480	3.359	0	0	145.666	0	145.666
5.04	Transações de Capital com os Sócios	310.736	-28.855	51.780	-67.866	0	265.795	0	265.795
5.04.01	Aumentos de Capital	310.736	0	0	0	0	310.736	0	310.736
5.04.02	Gastos com Emissão de Ações	0	-31.470	0	0	0	-31.470	0	-31.470
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	2.615	0	0	0	2.615	0	2.615
5.04.08	Dividendos e juros sobre o capital próprio	0	0	0	-16.086	0	-16.086	0	-16.086
5.04.11	Reserva legal	0	0	3.393	-3.393	0	0	0	0
5.04.12	Reserva de incentivos fiscais	0	0	3.980	-3.980	0	0	0	0
5.04.13	Reserva de lucros	0	0	44.407	-44.407	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	67.866	0	67.866	0	67.866
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	67.866	0	67.866	0	67.866
5.07	Saldos Finais	450.563	-26.375	55.139	0	0	479.327	0	479.327

Dfs Consolidadas / Demonstração Das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	139.827	92.982	0	-94.153	0	138.656	0	138.656
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	-7.008	0	-7.008	0	-7.008
5.02.01	Impactos adoção IFRS 16	0	0	0	-7.008	0	-7.008	0	-7.008
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	139.827	92.982	0	-101.161	0	131.648	0	131.648
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-90.502	3.359	71.039	0	-16.104	0	-16.104
5.04.08	Dividendos e juros sobre capital próprio	0	0	0	-5.102	0	-5.102	0	-5.102
5.04.09	Resgate de ações	0	-11.002	0	0	0	-11.002	0	-11.002
5.04.10	Absorção de prejuízos acumulados	0	-79.500	0	79.500	0	0	0	0
5.04.11	Reserva legal	0	0	423	-423	0	0	0	0
5.04.12	Reserva de incentivos fiscais	0	0	2.936	-2.936	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	30.122	0	30.122	0	30.122
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	30.122	0	30.122	0	30.122
5.07	Saldos Finais	139.827	2.480	3.359	0	0	145.666	0	145.666

Dfs Consolidadas / Demonstração Das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 31/12/2018**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	139.827	91.094	0	-112.909	0	118.012	0	118.012
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	-679	0	-679	0	-679
5.02.01	Complemento provisão para créditos de liquidação duvidosa adoção inicial IFRS 9	0	0	0	-1.029	0	-1.029	0	-1.029
5.02.02	Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre provisão para créditos de liquidação duvidosa	0	0	0	350	0	350	0	350
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	139.827	91.094	0	-113.588	0	117.333	0	117.333
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	1.888	0	0	0	1.888	0	1.888
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	1.888	0	0	0	1.888	0	1.888
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	19.435	0	19.435	0	19.435
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	19.435	0	19.435	0	19.435
5.07	Saldos Finais	139.827	92.982	0	-94.153	0	138.656	0	138.656

Dfs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
7.01	Receitas	2.063.858	1.588.332	1.305.397
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	2.020.440	1.646.512	1.330.058
7.01.02	Outras Receitas	11.772	503	343
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	31.646	-58.683	-25.004
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-1.294.962	-1.060.173	-860.534
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-1.118.602	-982.228	-803.670
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-93.625	-76.412	-56.931
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	-82.735	-1.533	67
7.03	Valor Adicionado Bruto	768.896	528.159	444.863
7.04	Retenções	-61.243	-48.478	-12.419
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-61.243	-48.478	-12.419
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	707.653	479.681	432.444
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	19.022	16.020	12.853
7.06.02	Receitas Financeiras	19.022	16.020	12.853
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	726.675	495.701	445.297
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	726.675	495.701	445.297
7.08.01	Pessoal	273.702	223.029	196.954
7.08.01.01	Remuneração Direta	235.355	192.381	171.452
7.08.01.02	Benefícios	19.478	14.326	11.307
7.08.01.03	F.G.T.S.	18.869	16.322	14.195
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	264.242	126.192	117.142
7.08.02.01	Federais	143.225	102.322	88.564
7.08.02.02	Estaduais	115.055	18.280	23.027
7.08.02.03	Municipais	5.962	5.590	5.551
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	120.865	116.358	111.766
7.08.03.01	Juros	74.147	82.479	56.676
7.08.03.02	Aluguéis	13.723	10.577	46.474
7.08.03.03	Outras	32.995	23.302	8.616
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	67.866	30.122	19.435

Dfs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	11.630	5.102	0
7.08.04.02	Dividendos	3.493	0	0
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	52.743	25.020	19.435



MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Em 2020, colocamos em prática os valores da companhia diariamente, um período em que todos os nossos colaboradores e parceiros trabalharam incansavelmente para superar diferentes adversidades impostas pela conjuntura econômica-social vigente, e que pudemos mais uma vez mostrar a força de nossas equipes. A dedicação de todos nos permitiu alcançar marcas e realizações muito importantes em um ano tão atípico, e chegamos ao final deste ano com 395 lojas em operação, sendo 50 inaugurações realizadas ao longo do ano, tendo criado mais de 1.000 novas vagas de trabalho e ultrapassado a marca de 7.000 colaboradores. Continuamos construindo relacionamentos com as comunidades onde atuamos, buscando oferecer uma solução completa de casa e construção para nossos clientes, sempre cultivando a alma do interior, que nos norteia em nosso crescimento. Acreditamos que a Lojas Quero-Quero termina o ano mais forte do que começou, preparada para enfrentar e superar desafios, e visualizando muitas oportunidades de crescimento.

Sem dúvida, a principal questão que marcou este ano foi a pandemia de Covid-19 e os seus impactos na sociedade. O nosso foco principal sempre foi, e continua sendo, a preservação da saúde de nossos colaboradores e clientes, aliado à viabilidade operacional da companhia em um período de muitas incertezas pelo qual passamos. Conforme informamos ao longo do ano, a nossa atuação foi centrada nos seguintes eixos: i) saúde e segurança de nossos colaboradores, clientes e parceiros; ii) preservação do caixa da companhia; iii) adequação do nível operacional; iv) comunicação e atendimento ao cliente; e v) posição conservadora em crédito e cobrança.

Ainda em fevereiro começamos a nos preparar para enfrentar um cenário incerto devido à aceleração da pandemia em outros países, e inicialmente tomamos medidas para prevenir o desabastecimento de nossos produtos. No início de março decidimos adotar o trabalho remoto (home-office) na área administrativa, e devido às incertezas e piora rápida do cenário da pandemia, determinamos o fechamento de todas as nossas lojas no dia 23 de março preventivamente. Neste momento tomamos posicionamento para preservar não apenas a saúde, mas também o emprego e renda de nossos colaboradores, por isso implementamos parcialmente férias coletivas, e posteriormente aderimos parcialmente à MP 936/2020, principalmente com a redução da jornada de trabalho, e procedemos com a complementação do salário, para que a renda das famílias de nossos colaboradores não fosse afetada por esta iniciativa.

O nosso foco de atuação são cidades pequenas e médias do interior dos estados, que foram menos afetadas pela pandemia, principalmente no período inicial. Além disso, atuamos em setores considerados essenciais: varejo de material de construção e correspondente bancário. Desta maneira, retomamos gradualmente as nossas operações ao longo de abril, porém ainda com muitas restrições operacionais, inicialmente apenas para o recebimento de pagamentos de clientes através do serviço de correspondente bancário, e posteriormente também retomamos as atividades de varejo em nossas lojas.

Adotamos as orientações sanitárias necessárias para preservar a saúde de todos, como utilização de máscaras, distanciamento entre pessoas e higienização constante. Por entendermos o impacto que a pandemia teria nas vidas das comunidades, buscamos contribuir com iniciativas sociais, e lançamos no segundo trimestre a campanha **Desafio do Bem**, com o objetivo de doar cestas básicas para famílias que estavam em situação de necessidade. Esta iniciativa contou inicialmente com a doação da Companhia, seus colaboradores e Advent International (ex-acionista controlador), e em seguida com a participação também de clientes, superando R\$1,2 milhões em doações. Como resultado, a Lojas Quero-Quero utilizou a sua capacidade operacional para doar e entregar aproximadamente 26.000 cestas básicas para as mais de 280 cidades onde atuava nos três estados da região Sul, contando com o apoio e experiência da rede de Bancos de Alimentos do Rio Grande do Sul, distribuindo assim mais de 350 toneladas de donativos.



Implementamos diversas iniciativas comerciais e operacionais com o objetivo de melhorar o atendimento para os nossos clientes. Com a retomada das operações, observamos uma melhora gradual da nossa performance, em níveis superiores aos níveis verificados pré-pandemia, entregando assim crescimentos expressivos de vendas mesmas lojas. No período de 1º de janeiro a 15 de março de 2020, antes da interrupção das operações de nossas lojas, apresentamos 6,6% de crescimento mesmas lojas SSS (“*Same Store Sales*”), mantendo o ritmo de crescimento apresentado nos trimestres anteriores. Com o impacto do fechamento das lojas, terminamos o 1T20 com queda de 6,4% de SSS. Fechamos o 2T20 com crescimento SSS de 7,2%, em uma melhora forte e gradual do desempenho, e atingimos resultados muito fortes ao longo do segundo semestre do ano, com 35,4% de SSS no 3T20 e 29,7% de SSS no 4T20.

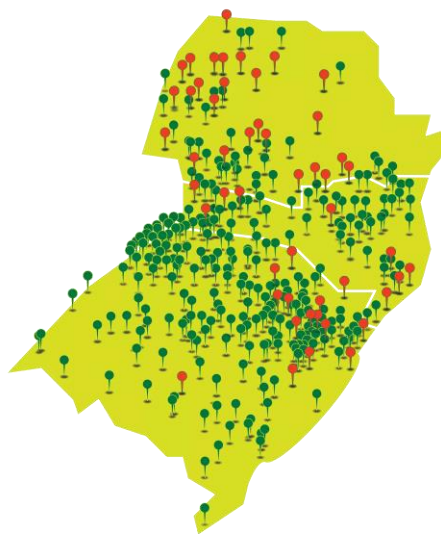
Desta maneira, finalizamos 2020 com 18,2% de SSS, contra 6,0% realizado em 2019, mas em patamares consistentemente melhores do que o verificado no início do ano. Isto representa ganhos de *Market Share*, em um mercado que demonstrou crescimento após o período inicial da pandemia. Acreditamos que diversos fatores contribuíram para o desempenho do mercado onde atuamos e para o nosso desempenho, como: renda disponível dos consumidores, que reduziram seus gastos em atividades como entretenimento e passaram a investir mais em suas casas, e em menor grau foram beneficiados pelos auxílios governamentais; economias locais menos afetadas pela pandemia dado as dinâmicas específicas de pequenas e médias cidades aliadas a um bom desempenho do setor agropecuário, bastante relevante para essas economias; estratégias comerciais que possibilitaram maior autonomia para as lojas realizarem a conversão de vendas; e atuação das áreas internas para atender a demanda dos consumidores com o melhor nível de serviço possível, mesmo em um ambiente de retomada da cadeia de fornecimento que foi impactada pela pandemia. Enfrentamos um cenário mais desafiador de abastecimento de produtos, e conseqüentemente maiores rupturas de estoque, sendo que esta situação deve se estender também em 2021.

Um marco importante na história da Companhia foi a sua abertura de capital no segmento Novo Mercado da B3, em que as ações passaram a ser negociadas no dia 10 de agosto sob o *ticker* LJQQ3, através de uma oferta pública inicial em que a Lojas Quero-Quero se tornou uma companhia aberta de capital pulverizado (corporação). Durante o processo de abertura de capital tivemos a oportunidade de apresentar a história da Lojas Quero-Quero e sua cultura e valores, e de receber e discutir com diversos investidores, muitos deles atuais acionistas, que serão nossos parceiros nesta nova etapa que se inicia. A abertura de capital também marcou a transição da Companhia, que iniciou a sua história a mais de 50 anos como uma empresa familiar, de um estágio de investida por fundo de *private equity* gerido pela Advent International, para o de uma corporação.

Com a inauguração de 50 novas lojas neste ano, somamos 135 lojas inauguradas nos últimos 3 anos. Finalizamos 2020 com 395 lojas em 314 cidades: 233 lojas possuem mais de 5 anos de operação; 62 lojas entre 2 e 5 anos; e 100 lojas com até 2 anos de operação. Neste ano, também realizamos melhorias em 39 lojas, reformando e/ou transformando para os modelos Mais Construção I, II e III. Desta maneira, pretendemos oferecer maior diversidade de produtos e um serviço mais completo para os consumidores, e conseqüentemente termos um relacionamento ainda mais duradouro com as comunidades, e obter ganhos adicionais de *market share*. Acreditamos no potencial do mercado de pequenas e médias cidades do interior, onde apenas nos três estados do Sul, existem aproximadamente 250 cidades em que ainda não atuamos, e que apresentam condições favoráveis para a abertura de pelo menos uma loja.



FAZER PARTE DA SUA VIDA É TUDO PRA GENTE.



Mapa de lojas: pontos verdes, lojas inauguradas até 2019; pontos vermelhos, lojas inauguradas em 2020.

Nosso objetivo é seguir neste caminho que estamos trilhando de expansão orgânica e de ganho de mercado onde já operamos. A melhoria constante da operação resultou em crescimento médio anual de 12,6% de SSS nos últimos 4 anos. Mesmo assim, ainda temos grandes oportunidades de crescimento nas cidades onde atuamos, pois possuem características de mercado pulverizado, do qual nossa participação representa apenas 7% dos mercados locais, segundo estimativas internas baseadas nos dados do IBGE (Pesquisa Anual do Comércio e Pesquisa Mensal do Comércio).

Para suportar o crescimento da companhia, ainda no 1T20, transferimos a operação do nosso centro de distribuição (CD) de Santo Cristo - RS para um novo local com mais de 26 mil m² de área de armazenagem, construído em formato de BTS (*built-to-suit*), com melhor acesso rodoviário e estrutura física moderna. Temos ainda em andamento para finalização em 2021 a construção de um novo CD em Sapiranga – RS, para onde será transferida a operação de nosso segundo CD, hoje localizado na mesma cidade, e a construção de um novo CD na cidade de Corbélia – PR, que se tornará o terceiro CD da Lojas Quero-Quero, e será a base logística para nossa atuação no PR e parte de SC.

Como alternativa para contornar as adversidades enfrentadas durante a pandemia, reforçamos a utilização de novos canais de comunicação atrelados a ferramentas digitais, para nossas equipes continuarem a atender os clientes buscando os níveis de serviço almejados. Também evoluímos com alguns projetos que visam oferecer ainda mais alternativas para os clientes, e dentre estes, estamos na fase inicial de implantação do projeto Quero-Quero Muito Mais, que deve apresentar contínua evolução ao longo dos próximos trimestres. Oferecíamos para nossos clientes uma plataforma de e-commerce nas cidades onde atuávamos, integrada às lojas em sistema de *store pick up* e de *ship from store*, mas queremos passar oferecer uma experiência mais completa. Com o Quero-Quero Muito Mais, buscamos disponibilizar produtos diferenciados, através de estoques nos nossos centros de distribuição, alavancando o relacionamento de nossas equipes de vendas com as comunidades, unindo conceitos das vendas físicas e digitais, entregando assim uma experiência “figital”, suportada pelos diferenciais da Companhia como presença física, relacionamento e capacidade logística já instalada, para atender ainda melhor as pequenas e médias cidades do interior. Este projeto deve evoluir ao longo de 2021, com a implementação de novas fases que abarcam inicialmente a expansão de categorias com as quais já trabalhamos, e da introdução de novas categorias dentro do universo de casa e construção.

Outro projeto implementado, é o aplicativo Quero-Quero PAG que unifica a gestão do cartão VerdeCard, e oferece uma conta digital integrada com o Pix. Atendemos assim os nossos clientes atuais, e aumentamos o público-alvo, alcançando clientes que não possuem ou não querem ter um cartão de



FAZER PARTE DA SUA VIDA É TUDO PRA GENTE.

crédito neste momento, mas que passam a contar com uma alternativa de conta digital. O aplicativo se beneficia da capilaridade de nossas lojas, como ponto de contato adicional e de prestação do serviço de saque. O aplicativo nasceu da consolidação do nosso aplicativo anterior, com mais de 800 mil downloads, e já conta com a abertura de 50 mil contas digitais. Acreditamos que assim estamos posicionados para atender os nossos clientes quando eles desejarem utilizar produtos e serviços financeiros digitais, sempre mantendo o relacionamento direto e presença local.

Formamos 102 novos gerentes de lojas em 2020, e terminamos o ano com mais de 400 profissionais internos dentro dos programas de formação para gerentes de lojas. Acreditamos e continuamos investindo na capacitação de nossas equipes, que vivem no dia a dia nossos valores. Também realizamos a 10ª edição do programa de trainees corporativos, que contou com mais de 5.500 candidatos, e representa uma fonte única de talento a contribuir com o crescimento e melhoria da organização.

Graças ao empenho e dedicação de nossos colaboradores, mesmo no contexto de um cenário muito adverso, mantivemos a trajetória de melhoria e crescimento contínuo dos últimos anos. Continuamos investindo para buscar um crescimento sustentável, construir uma empresa cada vez melhor e impactar positivamente a sociedade.

Agradecemos a todos acionistas, colaboradores e suas famílias, comunidades em que atuamos, clientes e fornecedores pela confiança depositada nesta Companhia, durante estes 53 anos de história.



Em sentido horário: (i) Fachada filial de Irineópolis – SC; (ii) Fachada filial de Guaraciaba - SC; (iii) Área interna filial de Arapongas - PR; (iv) Área interna filial de Guaraciaba – SC; e (v) Fachada filial de Arapongas - PR.



FAZER PARTE DA SUA VIDA É TUDO PRA GENTE.

DIVULGAÇÃO DE RESULTADOS 2020

Cachoeirinha, 2 de março de 2021. A Lojas Quero-Quero S.A. anuncia seu resultado anual de 2020.

DESTAQUES

Informações Consolidadas (R\$ milhões)	2020	2019	Var.
Receita Bruta, Líquida de Devoluções e Abatimentos	2.029,2	1.653,3	22,7%
Receita Operacional Líquida ¹	1.621,2	1.344,0	20,6%
Lucro Bruto	669,8	542,0	23,6%
<i>Margem Bruta (%)</i>	<i>41,3%</i>	<i>40,3%</i>	<i>1,0p.p.</i>
Despesas Operacionais	(516,2)	(428,1)	(20,6%)
EBITDA Ajustado²	163,2	124,6	31,0%
<i>Margem EBITDA Ajustado (%)</i>	<i>10,1%</i>	<i>9,3%</i>	<i>0,8p.p.</i>
Lucro Líquido	67,9	30,1	125,3%
<i>Margem Líquida (%)</i>	<i>4,2%</i>	<i>2,2%</i>	<i>1,9p.p.</i>
Crescimento de Vendas Mesmas Lojas (SSS)	18,2%	6,0%	
ROIC Ajustado³	29,6%	26,5%	3,2p.p.

(1) A receita operacional líquida é impactada negativamente pela alteração na legislação do ICMS-ST/RS (decreto nº 54.308/2018), a partir de março de 2019, que levou ao aumento do montante reconhecido na conta de Impostos Incidentes Sobre a Venda, e diminuição do Custo das Mercadorias Vendidas.

(2) O EBITDA Ajustado representa uma medição não contábil elaborada pela Companhia que corresponde ao EBITDA acrescido de itens não-recorrentes ou não-operacionais, e deduzido do impacto do IFRS16/CPC06 (R2) (Pronunciamento Técnico CPC 06 (R2) – Arrendamentos) adotado em 2019, de modo a permitir a comparabilidade com os períodos anteriores.

(3) ROIC (Return On Invested Capital ou Retorno Sobre o Capital Investido) Ajustado representa uma medição não contábil elaborada pela Companhia. O ROIC Ajustado é uma divisão do Lucro Operacional Ajustado Depois de Impostos (Adjusted Net Operating Profit After Taxes, "NOPAT Ajustado") pela média do Capital Investido dos últimos quatro trimestres (Capital Investido – média dos últimos quatro trimestres).

- **O crescimento da Receita Bruta, Líquida de Devolução totalizou 22,7% em 2020, impulsionado por um crescimento de 27,9% da atividade de Varejo.** A Companhia ganhou participação de mercado, ficando assim, acima dos dados divulgados pelo IBGE (PMC) para os três Estados do Sul do Brasil neste mesmo período, e apresentou crescimento de Vendas Mesmas Lojas (SSS - *Same Stores Sales*) de 18,2% em 2020.
- **O Lucro Bruto avançou 23,6% em 2020, com Margem Bruta de 41,3% no acumulado do ano.**
- **Despesas Operacionais totalizaram R\$516,2 milhões no acumulado do ano, crescimento de 20,6%.** Alavancagem operacional em um ano de crescimento e abertura de novas lojas.
- **EBITDA Ajustado de R\$163,2 milhões em 2020, com Margem EBITDA Ajustado de 10,1%.** Crescimento de EBITDA ajustado 31,0% no ano mesmo com os efeitos da pandemia, e aumento de 0,8p.p. na Margem EBITDA Ajustado em 2020 vs 2019.
- **Lucro Líquido totalizou R\$67,9 milhões em 2020.** Crescimento de Lucro Líquido de 125,3% em 2020. Desconsiderando impactos não recorrentes, o Lucro Líquido teria sido de R\$68,0 milhões.



FAZER PARTE DA SUA VIDA É TUDO PRA GENTE.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO CONSOLIDADO

Demonstrações do Resultado Consolidado (R\$ milhões)	2020			2019		
	2020	2019	Var.	Pró-forma ¹	Pró-forma ¹	Var.
Receita Bruta Líquida de Devoluções	2.029,2	1.653,3	22,7%	2.029,2	1.653,3	22,7%
Impostos	(408,1)	(309,2)	(32,0%)	(408,1)	(309,2)	(32,0%)
Receita operacional líquida	1.621,2	1.344,0	20,6%	1.621,2	1.344,0	20,6%
Venda de mercadorias	1.182,7	934,9	26,5%	1.182,7	934,9	26,5%
Serviços prestados	438,4	409,1	7,2%	438,4	409,1	7,2%
Custos das mercadorias vendidas e dos serviços prestados	(951,4)	(802,0)	(18,6%)	(951,4)	(802,0)	(18,6%)
Lucro bruto	669,8	542,0	23,6%	669,8	542,0	23,6%
Receitas (despesas) operacionais	(516,2)	(428,1)	(20,6%)	(529,1)	(439,7)	(20,3%)
Vendas	(346,4)	(287,7)	(20,4%)	(358,1)	(298,5)	(20,0%)
Administrativas e gerais	(151,8)	(125,6)	(20,8%)	(153,0)	(126,4)	(21,0%)
Outras despesas operacionais, líquidas	(18,0)	(14,8)	(22,1%)	(18,0)	(14,8)	(22,1%)
Lucro Operacional antes do Resultado Financeiro Líquido	153,6	114,0	34,7%	140,7	102,3	37,5%
Resultado Financeiro Líquido	(55,1)	(66,5)	17,1%	(36,0)	(51,7)	30,3%
Despesas financeiras	(74,1)	(82,5)	10,1%	(55,1)	(67,7)	18,7%
Receitas financeiras	19,0	16,0	18,7%	19,0	16,0	18,7%
Lucro antes do imposto de renda, e da contribuição social	98,4	47,5	107,1%	104,6	50,6	106,6%
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	(30,6)	(17,4)	(75,7%)	(32,7)	(18,5)	(77,0%)
Lucro líquido do exercício	67,9	30,1	125,3%	72,0	32,2	123,6%

(1) Para melhorar a comparabilidade dos resultados entre os anos, foi incluída uma coluna Pró-forma que exclui os efeitos da adoção do IFRS 16 / CPC 06 (R2) das demonstrações. Os dados "Pró-forma" não são auditados.

DESEMPENHO OPERACIONAL

As vendas mesmas lojas (SSS) apresentaram um ótimo desempenho, crescendo 18,2% em 2020. A Companhia encerrou o ano com 395 lojas, tendo inaugurado 50 lojas no ano. Em relação ao final do ano anterior, a companhia obteve um crescimento de 14,2% na base de lojas, e um crescimento de 15,7% na área de vendas.

Informações Operacionais	2020	2019	Var.
Total de lojas	395	346	14,2%
Rio Grande do Sul	280	267	4,9%
Santa Catarina	59	47	25,5%
Paraná	56	32	75,0%
Área de vendas (000s m²)	265	229	15,7%

Dentre as 395 lojas, 79 são do formato tradicional, 233 Mais Construção I, 77 Mais Construção II e 6 Mais Construção III.



FAZER PARTE DA SUA VIDA É TUDO PRA GENTE.

DESEMPENHO FINANCEIRO

Receita Bruta, Líquida de Devoluções e Abatimentos (RBLD)

A RBLD totalizou R\$2.029,2 milhões em 2020, ante R\$1.653,3 milhões em 2019, com crescimento de 22,7%.

Atividades de Negócio (R\$ milhões)	2020	2019	Var.
Receita Bruta, Líquida de Devoluções e Abatimentos	2.029,2	1.653,3	22,7%
Varejo	1.573,3	1.229,9	27,9%
Serviços Financeiros	391,8	359,9	8,9%
Cartão de Crédito	64,1	63,5	0,9%

A atividade de negócio de Varejo cresceu 27,9% no ano, representando 77,5% das receitas da Companhia, resultado do crescimento de 18,2% da venda mesmas lojas (SSS) e do aumento decorrente da expansão com o amadurecimento das lojas abertas nos últimos 12 meses (14,2% de crescimento da base de lojas em relação ao final de 2019). A forte retomada das vendas iniciada após o período de maiores restrições às operações, ainda no 2T20, se manteve no 4T20, em ritmo de crescimento maior que o apresentado neste ano antes da pandemia, permitindo compensar os impactos sofridos pela interrupção e restrições das operações ocorridos no 1S20, e chegar a um crescimento acumulado de 27,9% no ano.

A RBLD de Serviços Financeiros totalizou R\$391,8 milhões em 2020, com crescimento de 8,9% em relação ao ano anterior. A carteira líquida com juros (originada pelos cartões VerdeCard) ao final do período foi de R\$546,0 milhões, frente a R\$499,6 milhões ao final de 2019, representando um crescimento de 9,3%. A carteira ao final de 2020 ainda reflete o impacto da queda de vendas em março e abril (em função da interrupção de funcionamento das lojas), e do posicionamento mais conservador na concessão de crédito adotado no início da pandemia, e que passou a ser flexibilizado ao longo do ano. O leve crescimento na receita de serviços financeiros foi complementado por uma melhor qualidade da carteira e, conseqüentemente, redução no custo de serviços prestados. O atraso sobre a Carteira VerdeCard¹ foi de 8,9% ao final de 2020, apresentando melhor em relação ao final de 2019, onde o atraso foi de 10,1%. Este nível de inadimplência historicamente baixo é decorrente do nosso posicionamento conservador na concessão de crédito, do fortalecimento e aumento da eficiência na operação de cobrança, e também de uma situação econômica de nossos clientes, menos impactada pela pandemia do que havia sido previsto no primeiro semestre.

A atividade de Cartão de Crédito apresentou crescimento de 0,9% de receita em 2020, representando assim 3,2% das receitas da Companhia. O volume transacionado com o cartão VerdeCard em nossas lojas foi impactado pelo fechamento de lojas e restrições de operação nos primeiros meses da pandemia, mas voltou a apresentar crescimento a partir do 3T20, retomando em patamar superior àquele anterior à pandemia, enquanto que o volume transacionado no cartão fora da loja, também impactado pelos efeitos da pandemia, voltou a apresentar crescimento no 4T20, após dois trimestres de queda, prejudicado principalmente pela queda nas compras nos segmentos de combustíveis, confecções e calçados, e bares e restaurantes. O volume transacionado no ano através do VerdeCard cresceu 5,1% e foi de R\$1.670,5 milhões, sendo R\$857,8 milhões em estabelecimentos conveniados e R\$812,7 milhões nas nossas lojas, crescimentos 3,3% e 7,1%, respectivamente, frente ao ano anterior. O crescimento de vendas de Varejo foi superior ao crescimento do volume transacionado no cartão, beneficiado pelo volume adicional de vendas na modalidade à vista, reflexo da estratégia comercial adotada ao longo da pandemia. Em relação às vendas em nossas lojas ao longo de 2020, o VerdeCard representou 50% do total.

¹ Carteira bruta VerdeCard com juros (FIDC e Parcerias) e sem juros em atraso maior que 90 dias dividido pela carteira bruta VerdeCard com juros (FIDC e Parcerias) e sem juros até 360 dias, posições de final do mês.



FAZER PARTE DA SUA VIDA É TUDO PRA GENTE.

Receita Operacional Líquida

A Receita Operacional Líquida totalizou R\$1.621,2 milhões em 2020, ante R\$1.344,0 milhões no ano anterior, com crescimento 20,6%. A partir do 3T20, a Receita Operacional Líquida passa a ser comparável ao mesmo período do ano anterior, devido à alteração na legislação do ICMS-ST do Rio Grande do Sul (decreto nº 54.308/2018), que passou a vigorar em março de 2019, conforme mencionado nas divulgações de resultados anteriores.

Lucro Bruto

A Companhia encerrou o ano de 2020 com R\$669,8 milhões de Lucro Bruto, equivalente a um crescimento de 23,6% em relação a 2019.

A Margem Bruta, representada pelo Lucro Bruto dividido pela Receita Operacional Líquida, foi de 41,3% no ano, frente a 40,3% em 2019 (+22 bps em relação a 2019 no indicador de Lucro Bruto dividido pela RBLD, que permite eliminar o efeito da mudança da legislação do ICMS no RS), devido tanto à melhora na margem de venda de mercadorias, como consequência de melhorias de precificação e menor atividade promocional (devido à alta demanda e ao cenário mais desafiador de abastecimento na cadeia de fornecimento), quanto à melhora na margem de serviços prestados, reflexo da melhora da inadimplência da carteira de crédito e do reforço nas operações em loja, e da redução do custo de captação da carteira.

Despesas Operacionais

Em 2020, as Despesas Operacionais totalizaram R\$516,2 milhões, com crescimento de 20,6% vs. 2019.

Despesas Operacionais (R\$ milhões)	2020			2019		
	2020	2019	Var.	Pró-forma ¹	Pró-forma ¹	Var.
Despesas Operacionais	(516,2)	(428,1)	(20,6%)	(529,1)	(439,7)	(20,3%)
Despesas com vendas	(346,4)	(287,7)	(20,4%)	(358,1)	(298,5)	(20,0%)
Despesas Gerais e Administrativas	(151,8)	(125,6)	(20,8%)	(153,0)	(126,4)	(21,0%)
Outras Despesas Operacionais	(18,0)	(14,8)	(22,1%)	(18,0)	(14,8)	(22,1%)

(1) Para melhorar a comparabilidade dos resultados entre os anos, foi incluída uma coluna Pró-forma que exclui os efeitos da adoção do IFRS 16 / CPC 06 (R2) das demonstrações. Os dados "Pró-forma" não são auditados.

Despesas com vendas: aumento de 20,4% no ano, sendo que o crescimento é atribuído ao aumento de vendas da Companhia e às despesas adicionais decorrentes da expansão orgânica, com o primeiro ano completo de operações das 50 lojas abertas em 2019 e da inauguração de 50 novas lojas em 2020.

Despesas Gerais e Administrativas: crescimento de 20,8% no ano, atribuído principalmente a investimentos em pessoal e na nova estrutura do centro de distribuição de Santo Cristo - RS, para suportar a expansão orgânica da companhia.

Outras despesas operacionais, líquidas: despesa de R\$18,0 milhões, crescimento de 22,1% em relação a 2019, impactada (i) positivamente pelo reconhecimento de R\$8,5 milhões referentes ao êxito em ação judicial de exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da Cofins (valor principal, líquido de honorários advocatícios), e negativamente (ii) pela constituição de provisão relacionada a ação judicial referente a contribuição social sobre terço de férias no montante de R\$10,9 milhões e (iii) pela despesa de R\$2,6 milhões referente ao Plano de Opções de Compra de Ações implementado no 3T20.



FAZER PARTE DA SUA VIDA É TUDO PRA GENTE.

Resultado Financeiro

Em 2020, o Resultado Financeiro Líquido totalizou uma despesa de R\$55,1 milhões, 17,1% melhor que 2019, decorrente principalmente de menores Despesas Financeiras, beneficiadas por uma dívida com menor taxa de juros, tanto devido à redução da taxa Selic, quanto um menor spread de juros, e também por um caixa maior após o IPO, que beneficiou as Receitas Financeiras.

Resultado Financeiro (R\$ milhões)	2020	2019	Var.
Resultado Financeiro Líquido	(55,1)	(66,5)	17,1%
Despesas Financeiras	(74,1)	(82,5)	10,1%
Receitas Financeiras	19,0	16,0	18,7%

Lucro Líquido

Mesmo com o impacto da interrupção das atividades em março e restrições operacionais nos meses seguintes, chegamos ao final do acumulado no ano de 2020 com R\$67,9 milhões de Lucro Líquido, um crescimento de 125,3% frente ao resultado do mesmo período do ano anterior, com Margem Líquida de 4,2%, resultado da ótima performance de vendas aliada a melhorias de Margem Bruta e alavancagem operacional.

O Lucro Líquido do ano foi impactado, de maneira não-recorrente, (i) positivamente pelo reconhecimento de R\$9,6 milhões referentes ao êxito em ação judicial de exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da Cofins, e negativamente (ii) pela constituição de provisão relacionada à ação judicial referente à contribuição social sobre terço de férias com efeito líquido de R\$7,2 milhões e (iii) pela despesa referente ao Plano de Opções de Compra de Ações com efeito líquido de R\$2,6 milhões. Ao excluir esses fatores do Lucro Líquido do ano, chegaríamos a R\$68,0 milhões.

EBITDA Ajustado

O crescimento de EBITDA Ajustado no segundo semestre de 2020, decorrente da retomada das vendas aliado à manutenção da rentabilidade do negócio e controle de despesas, permitiu compensar os impactos no EBITDA Ajustado verificados no primeiro semestre devido à interrupção e restrições das operações da Companhia, chegando a um EBITDA de R\$214,8 milhões em 2020 (32,2% de crescimento em relação a 2019) e um EBITDA Ajustado de R\$163,2 milhões (31,0% de crescimento em relação a 2019), e Margem EBITDA de 13,3% e Margem EBITDA Ajustado de 10,1%, com ganhos de eficiência frente a 2019.

Reconciliação EBITDA e EBITDA Ajustado (R\$ milhões)	2020			2019		
	2020	2019	Var.	Pró-forma ¹	Pró-forma ¹	Var.
Lucro Líquido	67,9	30,1	125,3%	72,0	32,2	123,6%
(+) IR, CSLL	30,6	17,4	75,7%	32,7	18,5	77,0%
(+) Resultado Financeiro Líquido	55,1	66,5	(17,1%)	36,0	51,7	(30,3%)
(+) Depreciação e Amortização	61,2	48,5	26,3%	17,6	13,3	32,3%
(=) EBITDA	214,8	162,5	32,2%	158,3	115,6	36,9%
<i>Margem EBITDA</i>	<i>13,3%</i>	<i>12,1%</i>	<i>1,2p.p.</i>	<i>9,8%</i>	<i>8,6%</i>	<i>1,2p.p.</i>
(+) Despesas com SOP	2,6	-	-	2,6	-	-
(+) Itens não-recorrentes	2,3	9,0	(73,9%)	2,3	9,0	(73,9%)
(-) Impacto da adoção do IFRS16/CPC06	(56,6)	(46,8)	(20,8%)	-	-	-
(=) EBITDA Ajustado	163,2	124,6	31,0%	163,2	124,6	31,0%
<i>Margem EBITDA Ajustado</i>	<i>10,1%</i>	<i>9,3%</i>	<i>0,8p.p.</i>	<i>10,1%</i>	<i>9,3%</i>	<i>0,8p.p.</i>

(1) O EBITDA Ajustado representa uma medição não contábil elaborada pela Companhia que corresponde ao EBITDA deduzido do Impacto do IFRS16/CPC06 (R2) (Pronunciamento Técnico CPC 06 (R2) – Arrendamentos) adotado em 2019, de modo a permitir a comparabilidade com os períodos anteriores. Os dados "Pró-forma" não são auditados.



FAZER PARTE DA SUA VIDA É TUDO PRA GENTE.

Dívida Líquida Ajustada

Em 31 de dezembro de 2020, a Dívida Líquida Ajustada da Companhia foi de R\$(91,0) milhões, representando caixa líquido.

Entre o primeiro e segundo trimestre fizemos captações adicionais para aumentar o caixa disponível, como estratégia para enfrentar a incerteza do período inicial da pandemia. Durante o terceiro trimestre realizamos a oferta primária de ações, que resultou em uma injeção de caixa de R\$264,6 milhões para a Companhia. Terminamos o período com 55,3% do total da dívida com amortizações no longo prazo.

Dívida Líquida e Dívida Líquida Ajustada (R\$ milhões)	2020	2019
Empréstimos e Financiamentos	375,7	336,0
Circulante	167,9	69,2
Não Circulante	207,8	266,8
(-) Caixa e Aplicações Financeiras	(507,0)	(270,3)
Caixa e equivalentes de caixa	(475,4)	(240,3)
Aplicações Financeiras	(31,5)	(30,0)
Dívida Líquida	(131,2)	65,7
(+) Caixa e Aplicações Financeiras FIDC	40,2	29,9
Caixa e equivalentes de caixa FIDC	14,1	1,9
Aplicações Financeiras FIDC	26,1	27,9
Dívida Líquida Ajustada	(91,0)	95,6
<i>Dívida Líquida Ajustada/EBITDA Ajustado UDM</i>	<i>(0,6)</i>	<i>0,8</i>

Investimentos

Investimos R\$58,6 milhões ao longo de 2020, tanto diretamente na expansão e melhorias em nossas lojas, quanto no suporte às lojas, com a inauguração do novo CD em Santo Cristo no 1T20, e com implementação de melhorias em nosso *datacenter* no 3T20. A abertura de novas lojas havia sido negativamente impactada pelas restrições operacionais decorrente das medidas de combate à pandemia durante o primeiro semestre, mas retornou ao patamar normal no 3T20 e no 4T20, sempre respeitando os protocolos de segurança determinados pelos órgãos de saúde, e apoiando o cumprimento das medidas determinadas, permitindo chegar à marca de 50 inaugurações no ano. Além de abrir 50 lojas no ano de 2020, realizamos melhorias em 39 lojas, incluindo reformas e transformações para modelos Mais Construção.

Investimentos (R\$ milhões)	2020	2019	Var.
Novas lojas	15,0	14,6	2,6%
Reformas e Projetos em Lojas	13,6	12,3	10,4%
Logística, TI e Outros	30,1	18,5	62,2%
Total Investimentos	58,6	45,4	29,1%

ROIC Ajustado

Ao final do 4T20, o ROIC Ajustado dos últimos doze meses da Companhia foi de 29,6%, 3,2p.p. acima do verificado ao final do 4T19, principalmente devido ao aumento do resultado operacional no exercício acima do crescimento verificado no capital investido.



FAZER PARTE DA SUA VIDA É TUDO PRA GENTE.

Retorno sobre Capital Investido (R\$ milhões)	2020	2019	Var.
Lucro Operacional antes do Resultado Financeiro Líquido (UDM)	153,6	114,0	34,7%
(+) Despesas com SOP	2,6	-	-
(+) Itens não-recorrentes (UDM)	2,3	9,0	(73,9%)
(+/-) Efeito de IRPJ/CSLL (UDM)	(53,9)	(41,8)	(28,9%)
Alíquota de IR/CSLL	34,0%	34,0%	-
(=) NOPAT Ajustado (UDM)	104,6	81,2	28,9%
(+) Patrimônio Líquido (média últimos 4 trimestres)	308,5	138,8	122,3%
(+) Dívida Líquida Ajustada (média últimos 4 trimestres)	44,7	168,1	(73,4%)
Capital Investido Total média UDM	353,1	306,9	15,1%
ROIC Ajustado	29,6%	26,5%	3,2p.p

No acumulado dos últimos doze meses encerrados no 4T20, os seguintes itens não recorrentes foram excluídos do NOPAT Ajustado: (i) o impacto positivo do reconhecimento de R\$8,5 milhões referentes ao êxito em ação judicial de exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da Cofins (valor principal, líquido de honorários advocatícios), e os impactos negativos (ii) da constituição de provisão relacionada à ação judicial referente à contribuição social sobre terço de férias, no montante de R\$10,9 milhões. Os R\$9,0 milhões em itens não-recorrentes excluídos no NOPAT ajustado do 4T19 referem-se ao bônus do FIDC VerdeCard.

SOBRE A QUERO-QUERO

Companhia fundada em 1967, na cidade de Santo Cristo, interior do Rio Grande do Sul.

A Lojas Quero-Quero é a maior varejista especializada em materiais de construção do Brasil em número de lojas, totalizando mais de 390 lojas no Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. A Companhia oferece aos seus clientes uma solução completa em materiais de construção, complementada por eletrodomésticos e móveis. Além disso, oferece serviços financeiros através do cartão de crédito de bandeira própria “VerdeCard”.

Notas Explicativas

LOJAS QUERO-QUERO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Lojas Quero-Quero S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima, de capital aberto desde Agosto de 2020, listada no segmento especial de Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, com símbolo de negociação LJQQ3, com sede em Cachoeirinha, na Avenida General Flores da Cunha, 1943 – RS, e tem como objeto social o comércio varejista em geral, principalmente de materiais de construção, eletrodomésticos e móveis, além de atividades correlatas, como importação, prestação de serviços de correspondente bancário, e intermediação de venda de garantia estendida, em atividade própria ou através das sociedades controladas Verde - Administradora de Cartões de Crédito S.A. (“Verde”) e Sentinela dos Pampas – Administradora e Corretora de Seguros Ltda. (“Sentinela dos Pampas”).

A Companhia tem contrato de parceria não exclusiva com instituições financeiras terceiras que são responsáveis pelo financiamento das compras parceladas com encargos realizadas pelos seus clientes, sendo remunerada por tais instituições pela utilização da base de clientes, canais e infraestrutura operacional para exploração de produtos financeiros com base em percentual calculado sobre os resultados obtidos, além de prestação de serviços pela utilização de recursos da Companhia.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Base de elaboração

As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, foram preparadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards - IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB, pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, Lei nº 6.404/76, e documentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra maneira, que é também a moeda funcional da Companhia e de suas controladas.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração em sua gestão das atividades da Companhia.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foram elaboradas pressupondo sua continuidade operacional, o qual contempla a realização de ativos e a liquidação de passivos no curso normal dos negócios.

Notas Explicativas

As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foram analisadas pelo Comitê de Auditoria, e aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em 02 de março de 2021.

2.2 Bases de consolidação e investimento em controladas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas Verde e Sentinela dos Pampas (participação de 100% em ambas as entidades).

A Companhia também consolida as demonstrações financeiras do FIDC Verdecard, uma vez que representa uma entidade de propósito específico onde as atividades são conduzidas substancialmente em função das necessidades operacionais e financeiras da Companhia, a qual está exposta à maioria dos riscos e benefícios relacionados ao fundo, através da titularidade de todas as quotas subordinadas. No processo de consolidação do FIDC Verdecard, foram feitas eliminações de ativos e passivos, ganhos e perdas das operações entre a Companhia e o FIDC Verdecard.

Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia, as informações financeiras das controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as empresas da Companhia são eliminados integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1 Apuração do resultado

A receita de vendas de mercadorias é reconhecida no resultado pelo seu valor justo e quando o controle inerente às mercadorias é transferido para o comprador. A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado de acordo com a efetiva prestação de serviço. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização. A receita de juros sobre ativos financeiros é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Companhia e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade, pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo financeiro para o valor contábil líquido na data do reconhecimento inicial desse ativo.

3.2 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras, de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

3.3 Contas a receber de clientes

Correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. São demonstradas aos valores nominais,

Notas Explicativas

ajustados a valor presente na data do balanço, quando aplicável. A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída com base em análise histórica da carteira de clientes, no montante da perda de crédito esperada para sua vida inteira.

As contas a receber dos titulares de cartões VerdeCard são ativos financeiros, com recebimentos fixos ou determináveis. São incluídos como ativos circulantes, com prazo de vencimento inferior a 12 meses da data base do balanço, e as parcelas excedentes aos 12 meses estão incluídos como não circulante. Esses montantes referem-se aos valores das transações realizadas pelos titulares de cartões de crédito VerdeCard. O saldo de contas a receber de clientes está registrado pelo valor original da transação ajustado a valor presente.

Os direitos creditórios do FIDC Verdecard com vencimento em até 12 meses da data do balanço, estão incluídos como circulante, e as parcelas excedentes aos 12 meses estão incluídos como não circulante. Esses montantes referem-se a financiamento de compras com encargos de clientes adquiridos pelo FIDC Verdecard através de cessão definitiva de direitos creditórios originados pelas instituições financeiras terceiras e financiamento de compras sem encargos de clientes adquiridos pelo FIDC Verdecard através de cessão definitiva de direitos creditórios originados pela Verde.

3.4 Estoques

Os estoques são avaliados ao custo médio de aquisição, deduzido de provisão para ajustá-los aos prováveis valores de realização. As provisões para perdas nos estoques são compostas pela provisão para realização de estoques que corresponde ao preço de venda estimado dos estoques, deduzido de todos os custos necessários para realizar a venda.

O custo médio de aquisição inclui os custos de armazenagem e manuseio, na medida que tais custos são necessários para trazer os estoques na sua condição de vendas nas lojas, deduzindo de bonificações por atingimento de metas de crescimento recebidas de fornecedores.

3.5 Bonificações

As bonificações recebidas de fornecedores por crescimento de volume de compras são mensuradas e reconhecidas com base nos acordos comerciais assinados, e registradas ao resultado na rubrica de custo das mercadorias vendidas à medida em que os correspondentes estoques são vendidos.

3.6 Imobilizado

Registrados ao custo de aquisição, formação ou construção, deduzido de depreciação acumulada. Despesas relacionadas a reparos e manutenção são reconhecidas diretamente no resultado do exercício quando incorridas.

A depreciação é calculada pelo método linear com base nas taxas mencionadas na nota explicativa nº 16 que levam em consideração o tempo de vida útil econômica estimado dos bens e direitos.

Os saldos de imobilizado são submetidos a teste para a verificação de perda de valor (“impairment”) sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável, ou sempre que houver indicação de que seu valor contábil poderá não ser recuperado. Uma perda por “impairment” é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo

Notas Explicativas

de um ativo, menos os custos de sua venda, e o valor em uso.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

3.7 Intangível

Registrados ao custo de aquisição, formação ou construção, deduzido de amortização acumulada.

A amortização dos ativos intangíveis com vida útil definida é calculada pelo método linear com base nas taxas mencionadas na nota explicativa nº 17 que leva em consideração o tempo de vida útil econômica estimado dos bens e direitos.

Ativos intangíveis referentes a desenvolvimento de software e implementação de sistemas de gestão, têm seu custo capitalizado quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão superiores ao custo, considerada sua viabilidade econômica e tecnológica, e são amortizados pelo método linear ao longo de sua vida útil estimada. Despesas relacionadas à manutenção de software são reconhecidas diretamente no resultado do exercício quando incorridas.

Os saldos de intangível são submetidos a teste para a verificação de perda de valor (“impairment”) sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável, ou sempre que houver indicação de que seu valor contábil poderá não ser recuperado. Uma perda por “impairment” é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo, menos os custos de sua venda, e o valor em uso.

Para os ativos intangíveis com vida útil definida a perda por redução ao valor recuperável é revertida subsequentemente se não houver indicação de que seu valor contábil pode não ser recuperável.

Os ganhos ou perdas, quando aplicável, resultantes do desreconhecimento de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre os resultados líquidos da alienação e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos no resultado do exercício quando da baixa do ativo.

3.8 Obrigações com conveniadas

Contas a pagar a estabelecimentos conveniados são passivos decorrentes de transações realizadas pelos portadores dos Cartões de Crédito VerdeCard nos estabelecimentos credenciados à Rede VerdeCard. O saldo está registrado pelo valor original das transações, deduzido da taxa de administração, a qual é reconhecida no resultado no momento da transação.

3.9 Demais direitos e obrigações

Os demais direitos e obrigações, classificados no circulante e não circulante obedecem aos prazos de realização ou de exigibilidade e estão apresentados pelo valor de custo ou realização e por valores conhecidos e calculáveis, respectivamente, incluindo quando aplicável os rendimentos, encargos, variações monetárias e cambiais.

Notas Explicativas

3.10 Provisões

Uma provisão é reconhecida quando a Companhia possui uma obrigação real legal ou constituída como resultado decorrente de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Quando houver expectativa de recuperação de recursos utilizados na liquidação de uma provisão, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

3.11 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social são calculados com base nas alíquotas legais vigentes, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real como permitido pela legislação.

São reconhecidos os impostos diferidos sobre as diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, na extensão em que sua realização seja provável.

Os impostos diferidos reconhecidos sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social estão suportados por projeções de resultados tributáveis, com base em estudos técnicos de viabilidade, submetidos anualmente aos órgãos da Administração da Companhia. Os demais créditos, que têm por base diferenças temporárias, foram reconhecidos conforme a expectativa de sua realização.

3.12 Incentivos fiscais

A Companhia usufrui de subvenção para investimentos, concedida por alguns entes governamentais onde possui operação, na forma de créditos presumidos de ICMS nos termos da Lei Complementar nº 160/2017. As subvenções governamentais são registradas na demonstração do resultado do exercício na rubrica de receita líquida de vendas, e são utilizados como abatimento na base de cálculo do imposto de renda e contribuição social apurados pela Companhia.

Além da subvenção para investimentos, a Companhia também se utiliza de outros incentivos fiscais utilizados como redutores na apuração, ou no abatimento do imposto de renda e contribuição social devidos, como gastos com inovação tecnológica, Programa Empresa Cidadã, projetos relacionados a lei de incentivo à cultura, e Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT).

3.13 Ajustes a valor presente

As operações de compras e vendas a prazo são reduzidas ao seu valor presente na data das transações, em função de seus prazos, com base nas taxas de desconto que reflitam as melhores avaliações do mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo e do passivo em suas datas originais.

O ajuste a valor presente das vendas a prazo tem como contrapartida a conta de contas a receber e sua realização é registrada no resultado financeiro de acordo com o prazo de vencimento das contas a receber.

O ajuste a valor presente das compras a prazo tem como contrapartida a conta de fornecedores e

Notas Explicativas

sua realização é registrada no resultado financeiro de acordo com o prazo de vencimentos de fornecedores.

3.14 Arrendamentos

A Companhia como arrendatária reconhece os passivos assumidos em contrapartida aos respectivos ativos de direito de uso. Os passivos de arrendamento correspondem aos fluxos de pagamentos futuros ajustados a valor presente, descontados por taxa de juros incrementais de empréstimos, e os ativos de direitos de uso são apresentados ao custo amortizado.

Na adoção inicial da norma em 2019, a Administração decidiu aplicar isenção de reconhecimento a (i) arrendamentos de curto prazo, ou seja, contratos com duração de até 12 meses; e (ii) arrendamentos para os quais o ativo subjacente é de baixo valor, ou seja, obrigações de até R\$ 24 por ano.

Na avaliação dos contratos, a Companhia identificou dois tipos de ativos de arrendamento sendo eles ativos de direito de uso referentes a aluguéis (“Direito de Uso”) e arrendamento mercantil de máquinas e equipamentos (“Máquinas e Equipamentos”).

Os fluxos de pagamentos dos aluguéis, brutos de potenciais créditos de PIS e COFINS (segundo lei nº 10.637/2002 e lei nº 10.833/2003), foram ajustados a valor presente, considerando o prazo remanescente de cada contrato, e aplicando taxa incremental de empréstimo, obtida através de sondagens de operações com prazo e garantia semelhante junto a instituições financeiras que possuem relacionamento com a Companhia. Em razão da diversidade de prazos de depreciação dos contratos de arrendamento, considerou-se taxas de acordo com o prazo de cada um dos contratos de arrendamentos.

Contratos com vencimento igual ou inferior a seis meses foram considerados como renovações automáticas de acordo com o que a Companhia considera “razoável certeza” de renovação.

3.15 Plano de opção de compra de ações

Com o objetivo de alinhar os interesses de médio e longo prazos da empresa com os de seus gestores principais, a Companhia estabeleceu programa de opção de compra de ações que busca incentivar a geração de valor empresarial, compartilhando os ganhos de valor com os beneficiários do programa.

As opções de compra de ações são ofertadas aos profissionais selecionados pelo Conselho de Administração, proporcionando-lhes o direito futuro de adquirir ações da companhia sob condições e em prazos estabelecidos. O valor apurado na data da outorga das opções de ações são registrados nas demonstrações financeiras ao seu valor justo.

Informações adicionais sobre os planos de opção de compra de ações estão descritas na nota explicativa nº 24.4.

3.16 Receitas diferidas

As receitas diferidas decorrentes da cessão do canal de venda recebida são reconhecidas na demonstração do resultado do exercício à medida que a prestação do serviço é efetuada.

Notas Explicativas

3.17 Demonstração do valor adicionado

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar o valor criado pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista nem obrigatória conforme as IFRSs.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras, registros complementares, e segundo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado.

3.18 Instrumentos financeiros

3.18.1 Ativos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são mensurados, no reconhecimento inicial, ao valor justo. Vendas e compras de ativos financeiros que requerem a entrega de bens são reconhecidas na data da operação.

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes e partes relacionadas, e outras contas a receber.

Mensuração subsequente

Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado

Representam ativos adquiridos para fins de realização no curto prazo, cujo objetivo seja receber fluxos de caixa contratuais, e nas situações em que os termos contratuais do ativo financeiro derem origem a fluxos de caixa que constituam pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Após o reconhecimento inicial, são mensurados utilizando-se o custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva. A receita de juros, a correção monetária e a variação cambial, deduzidas as perdas por desvalorização, são reconhecidas na demonstração do resultado do exercício como receitas ou despesas financeiras, quando incorridos.

Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Representam os demais ativos financeiros que não são mensurados ao custo amortizado. As taxas de juros, a variação monetária, a variação cambial e as variações derivadas da avaliação pelo valor justo são reconhecidas na demonstração do resultado do exercício como receitas ou despesas financeiras, quando incorridas.

Desreconhecimento de ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou, conforme o caso, parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- Expiram os direitos de recebimento de fluxos de caixa;
- A Companhia e suas controladas transferem seus direitos de recebimento de fluxos de caixa

Notas Explicativas

do ativo ou assumem uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos a um terceiro, nos termos de um acordo de repasse; e (a) a Companhia transferiu substancialmente a totalidade dos riscos e benefícios relativos ao ativo; ou (b) a Companhia não transferiu, nem reteve substancialmente a totalidade dos riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o seu controle.

Quando a Companhia e suas controladas cedem seus direitos de recebimento de fluxos de caixa de um ativo ou celebra acordo de repasse, sem ter transferido ou retido substancialmente a totalidade dos riscos e benefícios relativos ao ativo ou transferido o controle do ativo, o ativo é mantido e reconhece um passivo correspondente. O ativo transferido e o passivo correspondente são mensurados de forma que reflita os direitos e as obrigações retidos pela Companhia e suas controladas.

Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia adotou o método da perda esperada e a mensuração com base em toda a vida dos ativos financeiros. É utilizada a abordagem simplificada para os grupos de ativos financeiros, que considera a análise do crédito, o histórico de movimentações e perdas. Com base no acompanhamento periódico de indicadores de risco de crédito, a Administração da Companhia não identificou fatores de aumento na perda esperada em comparação com o comportamento histórico.

O valor de perda é mensurado com base na expectativa de não recebimento da carteira, que é obtida através dos valores de perda histórica por faixa de atraso desde o reconhecimento inicial do recebível. A média de perda histórica de seis meses é aplicada conforme comportamento histórico recente, e assim atribui-se um percentual de risco de crédito. O percentual de risco de crédito é aplicado a cada faixa de vencimento sob o valor total dos contratos. O produto entre os percentuais de perda esperada e os montantes de faixa de vencimento resultam no montante de perda esperada que é reconhecido na demonstração do resultado do exercício.

Se, em período subsequente, o valor da perda por não recuperação se reduzir e a redução puder ser associada objetivamente a um evento ocorrido após o reconhecimento da provisão (tal como uma melhora da classificação de crédito do devedor), a reversão da perda por desvalorização reconhecida anteriormente é reconhecida na demonstração do resultado do exercício. Se uma baixa for recuperada posteriormente, a recuperação é também reconhecida na demonstração do resultado do exercício.

3.18.2 Passivos financeiros

Reconhecimento Inicial e Mensuração

Passivos financeiros são classificados no reconhecimento inicial como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado ou ao custo amortizado.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos e contas a pagar, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado para a emissão de títulos e dívidas. Esses custos são apropriados ao resultado do período do financiamento, como complemento do custo de captação, ajustando assim a taxa de juros efetiva da operação.

Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores, fornecedores

Notas Explicativas

convênio, contas a pagar por aquisição de investimento, empréstimos e financiamentos, quotas sêniores FIDC Verdecard, passivos de arrendamento, obrigações com conveniadas, e instrumentos financeiros derivativos.

Mensuração subsequente

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos.

Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

Desreconhecimento de passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar.

Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

3.18.3 Instrumentos financeiros – apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.18.4 Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia eventualmente fica exposta a riscos de mercado decorrentes de suas operações e utiliza instrumentos financeiros derivativos, tais como contratos de derivativos de swaps de juros para proteger-se dos riscos de taxas de câmbio e de taxas de juros. Instrumentos financeiros derivativos são mensurados ao valor justo em cada data de divulgação de balanço. Quaisquer ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo dos instrumentos financeiros derivativos durante o exercício são lançados diretamente na demonstração de resultado. Os instrumentos financeiros derivativos são classificados como de curto e longo prazo ou segregados em parcela de curto prazo ou de longo prazo com base em uma avaliação dos fluxos de caixa contratados, e conforme as características atreladas deste contrato, a companhia apresenta de forma líquida esse contrato de derivativo com o da operação original.

A operação de swap contratada para proteção cambial existente no exercício de 2019 foi totalmente liquidada no exercício corrente.

3.19 Apresentações de informações por segmentos

A Companhia não elabora informações por segmento, uma vez que atua e reporta suas informações ao Conselho de Administração, principal tomador de decisões, através de um único segmento operacional, sendo avaliadas as receitas obtidas pelas atividades de varejo, serviços financeiros e cartões de crédito de forma segregada, porém toda a estrutura de custos e despesas sendo

Notas Explicativas

controladas de forma unificada.

4. PRINCIPAIS JULGAMENTOS CONTÁBEIS E FONTES DE INCERTEZAS NAS ESTIMATIVAS

A aplicação das políticas contábeis exige da Administração o exercício de julgamento e a elaboração de estimativas, que levam em conta a experiência histórica e avaliação subjetiva de riscos. Em consequência, os efeitos reais dos eventos estimados podem diferir das estimativas, exigindo sua reavaliação contínua.

Os efeitos decorrentes de revisões das estimativas contábeis são reconhecidos no período em que a revisão ocorre, se afetar apenas esse período, e também em períodos posteriores, se a revisão afetar também períodos futuros.

Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem provisão para redução ao valor recuperável, provisão para créditos de liquidação duvidosa, provisão para ajuste ao valor realizável dos estoques, imposto de renda diferido, provisão para riscos cíveis, tributários, trabalhistas e mensuração do valor justo de instrumentos financeiros.

4.1 COVID-19

Devido à pandemia de Covid-19 as operações das lojas e centros de distribuições foram interrompidas em março, e o mês de abril foi de retomada gradual das operações e reabertura de nossas lojas, por atuarmos no varejo de material de construção, considerado essencial pelas autoridades. Assim, após reavaliação criteriosa e cautelosa, nossas lojas voltaram inicialmente a operar apenas para o recebimento de pagamentos de clientes através do serviço de correspondente bancário, e posteriormente também retomaram as atividades de varejo, chegando ao final de abril com a maioria das lojas desempenhando todas as suas atividades, embora com restrições operacionais.

Durante a pandemia, o foco sempre foi e continua sendo a preservação da saúde de nossos colaboradores, clientes e parceiros. Embora as cidades pequenas e médias em que atuamos tenham sido relativamente menos atingidas que grandes cidades, o terceiro trimestre começou com níveis mais altos de alerta nas regiões de atuação, que foram sendo abrandados conforme a situação mostrou avanços positivos. Porém, houve um novo aumento de casos nas regiões onde atuamos ao longo do quarto trimestre. Assim, embora com algumas restrições ao longo do ano, estamos operando hoje normalmente com todas as lojas, respeitando as melhores práticas de prevenção e protocolos sanitários estabelecidos pelas autoridades.

O desempenho de vendas se mostrou superior aos níveis verificados pré-pandemia, e todas as categorias mostraram níveis de crescimento positivos, que acreditamos que tenham sido decorrentes de diferentes fatores, como estratégias comerciais que possibilitaram maior autonomia para as lojas realizarem a conversão de vendas, economias locais menos afetadas pela pandemia dado as dinâmicas específicas de pequenas e médias cidades aliadas a um bom desempenho do setor agropecuário, renda disponível dos consumidores, e atuação das áreas internas para atender a demanda dos consumidores com o melhor nível de serviço possível, mesmo em um ambiente de retomada da cadeia de fornecimento que foi impactada pela pandemia, e que trouxe um cenário mais desafiador de abastecimento, e consequentemente maiores rupturas de estoque, que deve se estender também para os próximos meses.

Notas Explicativas

Em 2020 inauguramos 50 novas lojas nos três estados do Sul do país, chegando assim à marca de 395 lojas ao final de dezembro. Conseguimos retomar o ritmo de expansão que consideramos adequado, que havia sido impactado entre o primeiro e o segundo trimestre pela pandemia. As lojas são inauguradas respeitando as melhores práticas para prevenção do contágio pela Covid-19, e estão sendo bem recebidas nas novas cidades, mostrando um bom desempenho de vendas, na mesma tendência positiva apresentada pelas lojas existentes.

Como alternativas para contornar as adversidades enfrentadas durante a pandemia, reforçamos a utilização de novos canais de comunicação atrelados a ferramentas digitais para nossas equipes continuarem a atender os clientes buscando os níveis de serviço almejados.

A Companhia efetuou para 31 de março de 2020, e atualizou para os demais trimestres de 2020 e para a data dessas demonstrações financeiras, uma análise nos ativos e passivos sujeitos as estimativas contábeis como provisão para redução ao valor recuperável, provisão para créditos de liquidação duvidosa, provisão para ajuste ao valor realizável dos estoques, imposto de renda diferido, provisão para riscos cíveis, tributários, trabalhistas e mensuração do valor justo de instrumentos financeiros, além de renovar as análises sobre a continuidade operacional da Companhia. De acordo com as estimativas da Administração e com o acompanhamento dos impactos da pandemia, não há efeitos que devam ser registrados nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia e tampouco há efeitos na continuidade e/ou estimativas da Companhia que justificariam mudanças nas conclusões destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

A Companhia continuará monitorando e avaliando os impactos e, se necessário, fará as devidas provisões e divulgações tempestivamente.

5. NORMAS E INTERPRETAÇÕES NOVAS E REVISADAS

5.1 Alterações às IFRS e novas interpretações de aplicações obrigatórias a partir do exercício corrente.

Em 2020, a Companhia aplicou emendas e novas interpretações às IFRS e aos CPCs emitidos pelo IASB e pelo CPC, respectivamente, que entraram obrigatoriamente em vigor para períodos contábeis iniciados em ou a partir de 1º de janeiro de 2020. Exceto pela norma abaixo as outras alterações não produziram efeitos na demonstração financeira.

IFRS 16 – CPC 06 (R2) Arrendamentos

Conforme a Revisão de Pronunciamentos Técnicos – Nº 16/2020A do Comitê de Pronunciamentos Técnicos, a Companhia optou por adotar o expediente prático nos benefícios sobre pagamentos de arrendamentos relacionados à COVID-19. Informações adicionais estão descritas na nota explicativa nº 31.

Notas Explicativas

5.2 Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas

<u>Pronunciamento</u>	<u>Descrição</u>	<u>Aplicáveis a períodos anuais com início em ou após</u>
Alteração da norma IAS 1 – Classificação de passivos como circulante ou não-circulante	Esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de passivos como passivo circulante ou passivo não-circulante.	01/01/2022
Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRSs 2018–2020	Alterações à IFRS 1 - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, IFRS 9 – Instrumentos Financeiros, IFRS 16 - Arrendamentos, e IAS 41 - Agricultura	01/01/2022

A Companhia está avaliando os impactos dos pronunciamentos das alterações da norma IAS 1, porém não espera efeitos significativos oriundos da adoção.

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Remuneração	Controladora		Consolidado	
		31/12/20	31/12/19	31/12/20	31/12/19
Caixa e bancos		4.892	6.747	6.130	7.277
Equivalentes de caixa:					
Conta Corrente Remunerada	2 a 12% do CDI	11.322	22.133	25.442	35.503
Certificado de depósito bancário	70 a 117% do CDI	401.283	119.960	429.774	195.584
Letras do tesouro nacional	4,20% a.a.	-	-	-	1.887
Notas do tesouro nacional	1,70% a.a.	-	-	14.091	-
Total		417.497	148.840	475.437	240.251

Os certificados de depósitos bancário referem-se a aplicações financeiras que possuem liquidez imediata e rentabilidade aproximada de 70% a 117% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

7. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	Remuneração	Controladora		Consolidado	
		31/12/20	31/12/19	31/12/20	31/12/19
Certificado de depósito bancário	90% a 117% do CDI	5.401	2.094	5.401	2.094
Letra financeira do tesouro	100% da SELIC	-	-	26.135	27.941
Total		5.401	2.094	31.536	30.035

Notas Explicativas

Em 31 de dezembro de 2020 as aplicações financeiras em certificado de depósito bancário no montante de R\$ 5.401 (R\$ 2.094 em 31 de dezembro de 2019), estão vinculadas a garantias emitidas para assegurar o cumprimento do instrumento particular de acordo operacional com parceiros comerciais, e também conforme nota explicativa nº 19, como garantia de linha de crédito tomada com instituição financeira.

8. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E PARTES RELACIONADAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/20	31/12/19	31/12/20	31/12/19
Cartões de crédito - próprio (VerdeCard)	40.654	57.302	-	-
Cartões de crédito - terceiros (a)	24.979	22.764	24.979	22.764
Outros créditos e financiamentos	144	427	144	427
Financiamento próprio - Lojas (b)	27.699	21.534	64.016	57.285
Financiamento próprio - Conveniados Verde Card (c)	-	-	81.600	48.720
Direitos creditórios FIDC Verdecard (d)	-	-	547.246	544.416
Contas a receber pela exploração de produtos financeiros	3.624	2.878	3.973	3.027
	97.100	104.905	721.958	676.639
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(4.680)	(4.931)	(56.850)	(88.380)
Ajuste a valor presente	(582)	(1.055)	(582)	(1.055)
Total	91.838	98.919	664.526	587.204
Circulante				
Contas a receber de clientes	51.183	41.617	646.336	570.894
Contas a receber partes relacionadas (Nota 14)	40.648	57.302	-	-
	91.831	98.919	646.336	570.894
Não Circulante				
Contas a receber de clientes	1	-	18.190	16.310
Contas a receber partes relacionadas (Nota 14)	6	-	-	-
	7	-	18.190	16.310

- a) Refere-se aos financiamentos de compras de clientes efetuadas na rede de lojas através de cartões de crédito terceiros.
- b) Correspondem aos financiamentos de compras de clientes efetuadas na rede de lojas sem encargos contratuais. No saldo do consolidado o valor de financiamento próprio - lojas inclui os valores de financiamento pela Verde através do cartão VerdeCard referente a compras de clientes efetuadas na rede de lojas. Esse contas a receber possui parcelas com vencimentos superiores a 12 meses da data do balanço, que corresponde ao montante de R\$ 329 incluídos no ativo não circulante. As compras parceladas com encargos e o financiamento ao cliente de faturas em atraso são de responsabilidade de instituições financeiras terceiras, através de contratos de parceria.
- c) Refere-se a financiamento de compras de clientes efetuadas na rede de estabelecimentos conveniados do cartão VerdeCard. Esse contas a receber possui parcelas com vencimentos superiores a 12 meses da data do balanço, que corresponde ao montante de R\$ 8 incluídos no ativo não circulante. As compras parceladas com encargos e o financiamento ao cliente de faturas em atraso são de responsabilidade de instituições financeiras terceiras, através de contratos de parceria.
- d) Refere-se a financiamento de compras com encargos de clientes adquiridos pelo FIDC Verdecard

Notas Explicativas

através de cessão definitiva de direitos creditórios originados pelas instituições financeiras terceiras, e financiamento de compras sem encargos de clientes adquiridos pelo FIDC Verdecard através de cessão definitiva de direitos creditórios originados pela Verde. Esse contas a receber possui parcelas com vencimentos superiores a 12 meses da data do balanço, que corresponde ao montante de R\$ 17.853 (R\$ 16.310 em 31 de dezembro de 2019), incluídos no ativo não circulante. A carteira de contas a receber do FIDC Verdecard é apresentada como Direitos Creditórios do FIDC Verdecard, enquanto que a provisão de perdas desta carteira é apresentada na Provisão para créditos de liquidação duvidosa nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

Vencimento de clientes

	Controladora		Consolidado	
	31/12/20	31/12/19	31/12/20	31/12/19
A vencer	89.613	99.107	621.896	544.742
Vencidos até 30 dias	1.824	809	29.827	30.201
Vencidos de 31 a 60 dias	562	125	10.601	11.623
Vencidos de 61 a 90 dias	178	72	7.576	9.757
Vencidos de 91 a 180 dias	480	238	14.453	17.039
Vencidos de 181 a 360 dias	255	356	33.223	29.829
Vencidos acima de 360 dias	4.188	4.198	4.382	33.448
Total	97.100	104.905	721.958	676.639

A Companhia mensura a provisão para perdas de contas a receber de clientes em um valor equivalente à perda de crédito esperada na liquidação das contas a receber. As perdas de crédito esperadas sobre as contas a receber de clientes são estimadas usando uma matriz de provisão com base na experiência de inadimplência passada (histórico de perdas) e avalia fatores econômicos para constituir a provisão para perdas estimadas. Abaixo segue tabela evidenciando os montantes de provisão para cada faixa de vencimento.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/20	31/12/19	31/12/20	31/12/19
A vencer	52	63	52	63
Vencidos até 30 dias	45	58	1.276	1.653
Vencidos de 31 até 60 dias	65	46	3.325	4.548
Vencidos de 61 até 90 dias	1	39	3.585	5.385
Vencidos de 91 até 180 dias	74	171	11.007	13.454
Vencidos de 181 até 360 dias	255	356	33.223	29.829
Vencidos acima de 360 dias	4.188	4.198	4.382	33.448
Total	4.680	4.931	56.850	88.380

A concentração do risco de crédito é limitada, porque a base de clientes é pulverizada, além disso, as operações das vendas realizadas por meio do cartão de crédito VerdeCard são financiadas por instituições financeiras parceiras, conforme divulgado na nota explicativa 30.1.a.

Devido ao potencial impacto no ambiente econômico trazido pela disseminação da pandemia do COVID-19, a Companhia realizou uma análise de conjuntura de forma a avaliar a necessidade de alteração na estrutura de cálculo de provisão. Os principais fatores analisados foram:

- (i) Possibilidade de afetar a renda disponível dos clientes que possuem faturas vincendas;

Notas Explicativas

- (ii) Acompanhamento da inadimplência de direitos de creditórios verificada em períodos pré e pós-COVID-19; e
- (iii) Condições econômicas mercadológicas que podem interferir nas taxas futuras de inadimplência.

Com base nesta análise interna, a Companhia concluiu que o modelo atualmente utilizado para mensuração de perdas esperadas é capaz de capturar os riscos de inadimplência incorridos pela Companhia pois o modelo já inclui, de forma implícita em suas estimativas, o comportamento recente do consumidor, principalmente relativo à mudança gerada pela pandemia do COVID-19, seja em desemprego, renda, e na situação de pagamento. Portanto, não houve mudança nas técnicas de estimativa ou premissas relevantes feitas durante o período do relatório corrente.

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa ocorrida no exercício foi como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/20	31/12/19	31/12/20	31/12/19
Saldo inicial	(4.931)	(4.546)	(88.380)	(29.831)
Complemento da provisão líquida	-	(385)	(52.479)	(58.549)
Baixas efetuadas	251	-	84.009	-
Saldo final	(4.680)	(4.931)	(56.850)	(88.380)

As parcelas vencidas acima de 360 dias dos Direitos Creditórios do FIDC Verdecard foram baixadas de forma definitiva no exercício corrente, representando a reversão de provisão de créditos de liquidação duvidosa e baixa definitiva dos títulos, sem efeito no resultado do exercício.

Ajuste a valor presente de clientes:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/20	31/12/19
Saldo no início do período	(1.055)	(1.225)
Ajuste a valor presente sobre vendas à prazo e/ou cartão parcelado	(4.739)	(10.156)
Realização do ajuste a valor presente	5.212	10.326
Saldo no final do período	(582)	(1.055)

A Companhia utilizou a taxa de 0,36% mensal (0,57% mensal em 31 de dezembro de 2019) para cálculo de ajuste a valor presente de contas a receber.

9. FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS

Em março de 2018, foram iniciadas as operações do FIDC Verdecard, cujo objeto definido em regulamento é o investimento em direitos creditórios constituído sob a forma de condomínio fechado, regido pela Resolução 2.907 do Banco Central do Brasil, pela Instrução CVM 356, pelo Regulamento do Fundo e pelas demais disposições legais e regulamentares que lhe forem aplicáveis, com o objetivo principal de adquirir direitos creditórios originados das compras dos clientes do cartão VerdeCard. O FIDC Verdecard tem duração de até 10 (dez) anos contados a partir do início de suas operações, sendo que este prazo poderá ser estendido a critério dos

Notas Explicativas

Quotistas do Fundo reunidos em Assembleia Geral de Quotistas. Não obstante, as quotas serão objeto de amortizações durante o prazo de vigência do Fundo.

A estrutura de patrimônio do FIDC Verdecard, em 31 de dezembro de 2020 está assim representada:

Quotas	Remuneração	% PL do Fundo	Quantidade 31/12/20	Valor 31/12/20
Subordinadas	(*)	43,83%	112.100	235.815
Sênior - 1ª Série	CDI + 1,8% a.a.	1,97%	85.000	10.628
Sênior - 2ª Série	CDI + 2,1% a.a.	13,24%	95.000	71.272
Sênior - 3ª Série	IPCA + 7,0% a.a.	22,34%	120.000	120.171
Sênior - 4ª Série	CDI + 0,9% a.a.	18,59%	100.000	100.022
Total			512.100	537.908

Quotas	Remuneração	% PL do Fundo	Quantidade 31/12/19	Valor 31/12/19
Subordinadas	(*)	25,52%	112.100	126.226
Sênior - 1ª Série	CDI + 1,8% a.a.	10,74%	85.000	53.138
Sênior - 2ª Série	CDI + 2,1% a.a.	19,21%	95.000	95.024
Sênior - 3ª Série	IPCA + 7,0% a.a.	24,28%	120.000	120.064
Sênior - 4ª Série	CDI + 0,9% a.a.	20,22%	100.000	100.021
Total			512.100	494.473

(*) A exposição da Companhia às atividades do FIDC Verdecard limita-se ao montante de cotas subordinadas subscritas, portanto a exposição dos quotistas subordinados em 31 de dezembro de 2020 é limitada ao valor de R\$ 235.815 (R\$ 126.226 em 31 de dezembro de 2019). O Regulamento do Fundo define que as cotas subordinadas devem representar no mínimo 25% das cotas seniores.

A Companhia atua como agente de cobrança em caso de inadimplência dos direitos de crédito e efetua o gerenciamento contínuo da carteira do FIDC Verdecard.

Em 31 de dezembro de 2020, o balanço patrimonial e a demonstração do resultado do exercício, do FIDC Verdecard estão assim compostos:

Ativo	31/12/20	31/12/19
Caixa e equivalentes de caixa	14.096	1.946
Aplicações financeiras	26.135	27.941
Contas a receber de clientes	495.270	461.161
Despesas antecipadas	2	2
Outros créditos	2.852	3.828
Total do Ativo	538.355	494.878
Passivo		
Contas a pagar	447	405
Patrimônio Líquido	537.908	494.473
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	538.355	494.878

Notas Explicativas

Demonstração do resultado do exercício	31/12/20	31/12/19
Direitos creditórios com aquisição substancial dos riscos e benefícios	214.725	173.794
Receitas/despesas	251.499	229.219
Resultado nas negociações	15.705	2.739
Provisão por redução no valor de recuperação	31.279	(58.164)
Perdas com direitos creditórios	(83.758)	-
Titulos públicos federais	1.216	2.941
Rendas com aplicações em operações compromissadas	834	1.798
Rendas de títulos de renda fixa	382	1.143
Total das receitas	215.941	176.735
Demais despesas	(4.609)	(4.250)
Resultado do exercício dos detentores de cotas classificadas no Patrimônio Líquido	211.332	172.485

A remuneração dos quotistas seniores sobre os resultados do FIDC Verdecard referente ao exercício de 2020 foi R\$ 22.429 (R\$ 27.366 referente ao exercício de 2019).

Quotas seniores FIDC Verdecard

		Vencimento final	Consolidado	
			31/12/2020	31/12/19
Quotas Seniores - FIDC Verdecard (a)	Taxa de 1,8% a.a. + CDI	2021	10.628	53.138
Quotas Seniores - FIDC Verdecard (a)	Taxa de 2,1% a.a. + CDI	2023	71.272	95.024
Quotas Seniores - FIDC Verdecard (a)	Taxa de 7,0% a.a. + IPCA	2024	120.171	120.064
Quotas Seniores - FIDC Verdecard (a)	Taxa de 0,9% a.a. + CDI	2024	100.022	100.021
Custos de estruturação FIDC Verdecard (b)		2024	(5.825)	(8.922)
Total			296.268	359.325
Circulante			81.406	63.275
Exigível a longo prazo			214.862	296.050

- a) Representa o saldo das quotas seniores emitidas pelo FIDC Verdecard com prioridade de amortização e resgate em relação às quotas subordinadas.
- b) Representa o saldo dos custos incorridos para estruturação do FIDC Verdecard que serão apropriados no resultado ao longo do período de vigência do Fundo, conforme cronograma de amortização das quotas seniores.

As parcelas do passivo não circulante das quotas seniores do FIDC Verdecard vencem como segue:

Ano de vencimento

	Consolidado	
	31/12/2020	31/12/19
2021	-	81.188
2022	103.079	103.079
2023	79.920	79.920
2024	31.863	31.863
Total	214.862	296.050

Notas Explicativas

10. ESTOQUES

	Controladora e Consolidado	
	31/12/20	31/12/19
Mercadorias para revenda	316.871	223.057
Estoque para demonstração	521	445
Estoque de uso e consumo próprio	2.025	1.330
Importações em andamento	584	460
Provisão para perdas em estoques de baixa movimentação	(1.097)	(969)
Total	318.904	224.323

O custo dos estoques reconhecido no resultado do exercício foi de R\$ 811.424 (R\$ 642.113 em 2019).

O valor da provisão para perda dos estoques refere-se às prováveis perdas de desvalorização dos estoques, e sua movimentação é como segue:

	Controladora e Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(587)
Constituição de provisão	(382)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(969)
Constituição de provisão	(128)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(1.097)

11. IMPOSTOS A RECUPERAR

		Controladora		Consolidado	
		31/12/20	31/12/19	31/12/20	31/12/19
ICMS	(a)	51.999	40.674	51.999	40.674
Imposto de renda e contribuição social	(b)	-	10.448	21	10.487
COFINS	(c)	15.038	829	15.038	829
PIS	(c)	3.265	179	3.265	179
INSS		-	797	-	797
Total		70.302	52.927	70.323	52.966

(a) Os saldos de ICMS a recuperar são decorrentes de parcelas ainda não compensadas geradas principalmente sobre as aquisições de mercadorias, no montante de R\$ 38.796. A Companhia possui também créditos apurados sobre a diferença da base de cálculo presumida em relação a base efetiva de ICMS ST, compreendendo os períodos de novembro de 2016 a fevereiro de 2019, no montante atualizado de R\$ 12.008. A partir de março de 2019 em decorrência da publicação do decreto nº 54.308 de 6 de novembro de 2018 do Estado do Rio Grande do Sul, o contribuinte substituído nas operações com mercadorias sujeitas à substituição tributária deve apurar mensalmente o montante de ICMS ST gerado nas aquisições de mercadorias (ICMS presumido), possibilitando o creditamento deste valor, já o montante apurado sobre o valor que foi revendida a mercadoria ao consumidor final (ICMS efetivo) constitui uma

Notas Explicativas

obrigação tributária ao contribuinte de efetuar o recolhimento. O impacto desta mudança traz uma redução no custo dos estoques referente à parcela do crédito de ICMS presumido gerado nas aquisições de mercadorias, possibilitando a compensação com o próprio tributo apurado a partir das vendas de mercadorias. Em 31 de dezembro de 2020 a parcela ainda não compensada do ICMS presumido gerada no exercício corrente foi de R\$ 1.195. A realização destes créditos será efetuada através de compensação com o próprio tributo.

- (b) Os saldos de imposto de renda e contribuição social a recuperar são decorrentes principalmente de impostos retidos na fonte sobre operações financeiras. A realização destes créditos foi efetuada através de compensação com outros tributos federais.
- (c) Os saldos de PIS e Cofins a recuperar referem-se principalmente à ação judicial da Companhia para o reconhecimento do direito à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS, com número de processo 5030684-54.2013.404.7100, transitada em julgado em 18 de agosto de 2020 em sentido favorável, determinando expressamente a exclusão do ICMS destacado nas notas fiscais de saída da base de cálculo das referidas contribuições. A Companhia mensurou os valores a serem recuperados de acordo com a determinação na sentença da ação judicial transitada em julgado, e obteve o deferimento do pedido de habilitação perante a Receita Federal do Brasil em 15 de dezembro de 2020, relativo aos períodos de apuração de 05/2010 a 06/2017 correspondendo ao montante atualizado de R\$ 18.260, que serão compensados com os próprios tributos no exercício de 2021. Os valores relativos aos períodos de apuração de 07/2017 em diante, já vinham sendo reconhecidos no resultado desde então. Com base na decisão definitiva obtida através do trânsito em julgado do processo mencionado, a Companhia concluiu que o ativo deixou de ser contingente, e portanto foi reconhecido nas demonstrações financeiras.

12. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

A movimentação dos saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos durante o ano foi a seguinte:

	Controladora				
	Saldo em 31 de Dezembro de 2018	Constituição (realização)	Saldo em 31 de Dezembro de 2019	Constituição (realização)	Saldo em 31 de Dezembro de 2020
Prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social	113.459	(3.201)	110.258	(10.406)	99.852
Diferenças temporárias					
Receita Diferida	3.665	(289)	3.376	(162)	3.214
Ajuste a valor presente de clientes	416	(58)	358	(161)	197
Provisão para perdas em estoques de baixa movimentação	204	131	335	44	379
Ajuste a valor presente de estoques	2.534	(1.343)	1.191	69	1.260
Provisão para dissídio coletivo	244	(21)	223	142	365
Provisão atualização contas a pagar por aquisição de investimento	3.962	887	4.849	437	5.286
Provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis	2.969	132	3.101	6.302	9.403
Ajuste a valor presente de fornecedores	(3.656)	1.335	(2.321)	864	(1.457)
Arrendamento mercantil	-	4.674	4.674	2.110	6.784
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	519	56	575	(87)	488
Provisão bônus FIDC Verdecard	-	2.860	2.860	(2.860)	-
Outras provisões	287	761	1.048	5.763	6.811
Total	124.603	5.924	130.527	2.055	132.582

Notas Explicativas

					Consolidado
	Saldo em 31 de Dezembro de 2018	Constituição (realização)	Saldo em 31 de Dezembro de 2019	Constituição (realização)	Saldo em 31 de Dezembro de 2020
Prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social	128.224	(8.169)	120.055	(13.503)	106.552
Diferenças temporárias					
Receita Diferida	3.665	(289)	3.376	(162)	3.214
Ajuste a valor presente de clientes	416	(58)	358	(161)	197
Provisão para perdas em estoques de baixa movimentação	204	131	335	44	379
Ajuste a valor presente de estoques	2.534	(1.343)	1.191	69	1.260
Provisão para dissídio coletivo	274	(51)	223	142	365
Provisão atualização contas a pagar por aquisição de investimento	3.962	887	4.849	437	5.286
Provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis	3.321	328	3.649	6.407	10.056
Ajuste a valor presente de fornecedores	(3.656)	1.335	(2.321)	864	(1.457)
Arrendamento mercantil	-	4.674	4.674	2.110	6.784
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	519	56	575	(87)	488
Provisão bônus FIDC Verdecard	-	3.095	3.095	(3.095)	-
Outras provisões	285	921	1.206	6.218	7.424
Total	139.748	1.517	141.265	(717)	140.548

Os prejuízos fiscais acumulados, de acordo com a legislação tributária vigente, não prescrevem.

A utilização do saldo de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social está limitada a 30% do lucro tributável apurado em cada exercício.

A recuperação dos créditos fiscais está baseada em projeções de resultados tributáveis com base nos estudos realizados que revelam expectativas de lucros tributáveis para os seguintes exercícios:

Ano	Controladora	Consolidado
	31/12/20	31/12/20
	Valor	Valor
2021	12.498	15.648
2022	16.986	20.185
2023	22.164	22.206
2024	28.332	28.396
Após 2025	52.602	54.113
Total	132.582	140.548

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social sobre o resultado é demonstrada como segue:

Notas Explicativas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/20	31/12/19	31/12/20	31/12/19
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	88.739	35.546	98.442	47.524
Aliquota fiscal combinada	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social:				
Pela alíquota fiscal combinada	(30.171)	(12.086)	(33.470)	(16.158)
Efeito da equivalência patrimonial	5.533	5.532	-	-
(Adições) Exclusões permanentes:				
Despesas não dedutíveis	(3.884)	(1.319)	(4.062)	(658)
Incentivos fiscais	3.344	381	4.172	647
Parcela isenta do adicional de 10%	24	24	48	48
Efeito do juro sobre capital próprio	4.281	1.735	4.281	1.735
Outros	-	309	(1.545)	(1.378)
Imposto de renda e contribuição social	(20.873)	(5.424)	(30.576)	(15.764)
Provisão de IR/CS Diferidos não reconhecidos contabilmente	-	-	-	(1.638)
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	(20.873)	(5.424)	(30.576)	(17.402)
Imposto de renda e contribuição social Corrente	(22.928)	(7.738)	(29.859)	(15.310)
Imposto de renda e contribuição social Diferidos	2.055	2.314	(717)	(2.092)

13. OUTROS CRÉDITOS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/20	31/12/19	31/12/20	31/12/19
Circulante				
Créditos a receber de fornecedores (a)	14.545	14.305	14.617	14.404
Adiantamento a colaboradores	2.197	1.699	2.348	1.783
Contas a receber ex-controladores (b)	29.281	4.278	29.459	4.368
Outros	106	107	11.063	8.233
Subtotal	46.129	20.389	57.487	28.788
Não circulante				
Contas a receber ex-controladores (b)	108	64	112	66
Outros	101	101	101	101
Subtotal	209	165	213	167
Total	46.338	20.554	57.700	28.955

- a) Saldos acordados de ressarcimento de verba de propaganda cooperada, e bonificações de fornecedores por crescimento de volume de compras.
- b) Contas a receber de antigos controladores da Companhia, por conta de ressarcimento de valores pagos e/ou provisionados pela Companhia e que são de responsabilidade, em função de sua competência, dos antigos controladores, conforme contrato firmado entre as partes. Em 11 de fevereiro de 2020 a Companhia liquidou processo judicial que estava em andamento e efetivou pagamento no montante de R\$ 21.500 de responsabilidade dos antigos controladores. Esse montante será liquidado abatendo do contas a pagar por aquisição de investimento (nota

Notas Explicativas

explicativa nº 20) após a elaboração de instrumento particular de transação.

14. PARTES RELACIONADAS

As transações de prestações de serviços, assim como as eventuais transações financeiras de empréstimos e captação de recursos, entre a Companhia, suas controladas e outras partes relacionadas são realizadas de acordo com as condições estabelecidas em contrato entre as partes. No quadro a seguir estão demonstradas as transações ocorridas e os saldos em aberto entre a Companhia e suas partes relacionadas, e na sequência a descrição da natureza e condição das operações.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/20	31/12/19	31/12/20	31/12/19
Verde Administradora de cartões de Crédito S.A.				
Contas a pagar	5	39	-	-
Contas a receber	40.659	57.341	-	-
Despesas com vendas e administrativas	(38.084)	(32.389)	-	-
Despesas/Receitas financeiras	184	2.266	-	-
Sentinela dos Pampas - Adm. Corretora de Seg. Ltda				
Despesas com vendas e administrativas	111	78	-	-
FIDC Verdecard				
Contas a receber	188.652	100.981	-	-
Receitas financeiras	151.123	116.095	-	-
Outras partes relacionadas				
Outros créditos a receber	-	11.292	-	11.292
Despesas/Receitas financeiras	355	827	355	827

Os valores a receber da Verde correspondem às vendas realizadas pela Companhia, através do cartão VerdeCard. Essas vendas não possuem taxas de juros atreladas, e possuem em quase sua totalidade prazo para liquidação inferior a 12 meses. As contas a pagar referem-se a ressarcimento de despesas a serem liquidadas. Os montantes de despesas com vendas e administrativas referem-se a reembolso de despesas pagas para a controladora Lojas Quero-Quero.

O valor de contas a receber do FIDC Verdecard, conforme detalhado na nota explicativa nº 9, refere-se aos montantes de quotas subordinadas subscritas pela Companhia, bem como a rentabilidade das mesmas ainda não recebidas, e o valor das receitas financeiras referem-se à rentabilização das quotas subordinadas no exercício.

O montante registrado em Outras partes relacionadas refere-se à operação de mútuo entre a Companhia e seus Administradores. As despesas e receitas financeiras registradas referem-se à correção dessas contas a receber com vencimento final em 3 de novembro de 2021, a uma taxa de juros correspondente a variação do CDI + 2% a.a. Em 17 de julho de 2020, foi liquidada a operação de mútuo entre a Companhia e seus Administradores, no valor total atualizado de R\$ 11.647.

Em 7 de agosto de 2020, a partir da oferta pública de ações conforme descrito na nota explicativa nº 24.1, a empresa Allied Tecnologia S.A., deixou de ser uma parte relacionada da Companhia, e desta forma os saldos e transações envolvendo as empresas não estão mais sendo evidenciados nestas demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

Os benefícios proporcionados pela Companhia na forma de remuneração aos seus Administradores estavam assim compostos:

	Consolidado	
	31/12/20	31/12/19
Remuneração	10.939	8.615
Benefícios	504	454
Total	11.443	9.069

Além dos benefícios demonstrados na tabela anterior, a Companhia possui plano de opção de compra de ações, onde os Administradores podem adquirir ações na forma e condições descritas no plano conforme nota explicativa nº 24.4. O valor da despesa relativa às opções do Plano 2020 registrado nas demonstrações financeiras, a partir da data da outorga de 07 de agosto de 2020 até 31 de dezembro de 2020, foi de R\$ 2.615.

A Companhia não possui benefícios pós-emprego, benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou outros benefícios de longo prazo. É política interna da Companhia o pagamento de premiação anual aos seus Administradores de acordo com o atingimento de metas pré-estabelecidas.

15. INVESTIMENTOS

Os investimentos em controladas estão assim compostos:

	Verde Administradora de Cartões de Crédito S.A.		Sentinela dos Pampas - Adm. Corretora de Seg. Ltda		Total	
	31/12/20	31/12/19	31/12/20	31/12/19	31/12/20	31/12/19
<u>Informações sobre os investimentos:</u>						
Ações/cotas	49.750.000	49.750.000	10.000	10.000	-	-
Participação no capital social %	100%	100%	99%	99%	-	-
Total do ativo	246.299	233.384	772	699	-	-
Patrimônio líquido	72.319	56.110	740	676	-	-
Lucro líquido do exercício	16.211	16.229	64	41	-	-
<u>Movimentação dos investimentos:</u>						
Saldo no início do exercício	56.111	39.882	670	629	56.781	40.511
Equivalência patrimonial	16.211	16.229	63	41	16.274	16.270
Total	72.322	56.111	733	670	73.055	56.781
Total	72.322	56.111	733	670	73.055	56.781

Nenhuma das controladas têm as suas ações negociadas em bolsa de valores.

Notas Explicativas**16. IMOBILIZADO**

	Taxas de Depreciação	Controladora		Consolidado	
		31/12/20	31/12/19	31/12/20	31/12/19
Terrenos	-	83	83	83	83
Prédios e edificações	4%	252	278	252	278
Máquinas e equipamentos	10%	1.667	1.346	1.675	1.355
Móveis e utensílios	10%	30.334	23.226	30.341	23.234
Veículos	20%	1.018	1.439	1.018	1.439
Computadores e periféricos	20%	14.311	6.819	14.311	6.819
Benfeitoria imóveis terceiros	10% a 30%	26.265	17.590	26.265	17.590
Imobilizado em andamento	-	36.416	23.189	36.416	23.189
Arrendamentos					
Direitos de uso - Aluguéis de lojas	5% a 85,71%	286.170	191.096	286.170	191.096
Máquinas e equipamentos	10%	3.077	3.521	3.077	3.521
Total imobilizado		399.593	268.587	399.608	268.604

Notas Explicativas

Movimentação do imobilizado

Controladora

	Terrenos	Prédios e edificações	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Computadores e periféricos	Benfeitoria imóveis terceiros	Imobilizado em andamento	Arrendamento direitos de uso - aluguéis de lojas	Arrendamento máquinas e equipamentos	Total
Custo -											
Saldo em 31 de dezembro de 2018	83	1.374	2.956	24.733	5.635	22.445	45.727	10.202	-	4.448	117.603
Adoção inicial IFRS16	-	-	-	-	-	-	-	-	223.894	-	223.894
Adições	-	-	417	8.726	23	3.160	-	20.669	106.024	-	139.019
Baixas	-	-	(8)	(13)	-	-	-	(87)	(22.498)	-	(22.606)
Transferências	-	-	-	1.823	-	63	6.314	(7.595)	-	-	605
Saldo em 31 de dezembro de 2019	83	1.374	3.365	35.269	5.658	25.668	52.041	23.189	307.420	4.448	458.515
Adições	-	-	584	8.381	105	10.054	-	26.989	199.154	-	245.267
Baixas	-	-	-	(5)	(61)	(50)	-	-	(64.493)	-	(64.609)
Transferências	-	-	(13)	2.268	187	300	13.920	(13.762)	-	-	2.900
Saldo em 31 de dezembro de 2020	83	1.374	3.936	45.913	5.889	35.972	65.961	36.416	442.081	4.448	642.073
Depreciação Acumulada -											
Saldo em 31 de dezembro de 2018	-	(1.069)	(1.811)	(9.477)	(3.375)	(16.820)	(30.734)	-	-	(482)	(63.768)
Adoção inicial IFRS16	-	-	-	-	-	-	-	-	(82.416)	-	(82.416)
Adições	-	(27)	(212)	(2.577)	(844)	(2.029)	(3.717)	-	(37.211)	(445)	(47.062)
Baixas	-	-	4	11	-	-	-	-	3.303	-	3.318
Saldo em 31 de dezembro de 2019	-	(1.096)	(2.019)	(12.043)	(4.219)	(18.849)	(34.451)	-	(116.324)	(927)	(189.928)
Adições	-	(26)	(250)	(3.541)	(713)	(2.862)	(5.245)	-	(46.236)	(444)	(59.317)
Baixas	-	-	-	5	61	50	-	-	6.649	-	6.765
Saldo em 31 de dezembro de 2020	-	(1.122)	(2.269)	(15.579)	(4.871)	(21.661)	(39.696)	-	(155.911)	(1.371)	(242.480)
Valor Residual em 31/12/2018	83	305	1.145	15.256	2.260	5.625	14.993	10.202	-	3.966	53.835
Valor Residual em 31/12/2019	83	278	1.346	23.226	1.439	6.819	17.590	23.189	191.096	3.521	268.587
Valor Residual em 31/12/2020	83	252	1.667	30.334	1.018	14.311	26.265	36.416	286.170	3.077	399.593

Notas Explicativas

Movimentação do imobilizado

Consolidado

	Terrenos	Prédios e edificações	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Computadores e periféricos	Benfeitoria imóveis terceiros	Imobilizado em andamento	Arrendamento direitos de uso - aluguéis de lojas	Arrendamento máquinas e equipamentos	Total
Custo -											
Saldo em 31 de dezembro de 2018	83	1.374	2.956	24.807	5.635	22.910	45.728	10.202	-	4.448	118.143
Adoção inicial IFRS16	-	-	-	-	-	-	-	-	223.894	-	223.894
Adições	-	-	427	8.731	23	3.160	-	20.669	106.024	-	139.034
Baixas	-	-	(8)	(13)	-	-	-	(87)	(22.498)	-	(22.606)
Transferências	-	-	-	1.823	-	63	6.314	(7.595)	-	-	605
Saldo em 31 de dezembro de 2019	83	1.374	3.375	35.348	5.658	26.133	52.042	23.189	307.420	4.448	459.070
Adições	-	-	585	8.382	105	10.054	-	26.989	199.154	-	245.269
Baixas	-	-	-	(5)	(61)	(50)	-	-	(64.493)	-	(64.609)
Transferências	-	-	(13)	2.268	187	300	13.920	(13.762)	-	-	2.900
Saldo em 31 de dezembro de 2020	83	1.374	3.947	45.993	5.889	36.437	65.962	36.416	442.081	4.448	642.630
Depreciação Acumulada -											
Saldo em 31 de dezembro de 2018	-	(1.069)	(1.811)	(9.544)	(3.375)	(17.285)	(30.735)	-	-	(482)	(64.301)
Adoção inicial IFRS16	-	-	-	-	-	-	-	-	(82.416)	-	(82.416)
Adições	-	(27)	(213)	(2.581)	(844)	(2.029)	(3.717)	-	(37.211)	(445)	(47.067)
Baixas	-	-	4	11	-	-	-	-	3.303	-	3.318
Saldo em 31 de dezembro de 2019	-	(1.096)	(2.020)	(12.114)	(4.219)	(19.314)	(34.452)	-	(116.324)	(927)	(190.466)
Adições	-	(26)	(252)	(3.543)	(713)	(2.862)	(5.245)	-	(46.236)	(444)	(59.321)
Baixas	-	-	-	5	61	50	-	-	6.649	-	6.765
Saldo em 31 de dezembro de 2020	-	(1.122)	(2.272)	(15.652)	(4.871)	(22.126)	(39.697)	-	(155.911)	(1.371)	(243.022)
Valor Residual em 31/12/2018	83	305	1.145	15.263	2.260	5.625	14.993	10.202	-	3.966	53.842
Valor Residual em 31/12/2019	83	278	1.355	23.234	1.439	6.819	17.590	23.189	191.096	3.521	268.604
Valor Residual em 31/12/2020	83	252	1.675	30.341	1.018	14.311	26.265	36.416	286.170	3.077	399.608

Notas Explicativas

A depreciação de arrendamento direitos de uso – aluguéis lojas está apresentada no resultado do exercício líquida de créditos fiscais de R\$ 2.562 (R\$ 2.014 em 2019), conforme divulgado na nota explicativa nº 28.

Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia avaliou e não identificou fatores que indicassem que os ativos mantidos pela Companhia não gerarão benefícios econômicos futuros suficientes para recuperar seu valor contábil, e portanto não foi necessário mensurar e registrar provisão para redução ao seu valor recuperável.

17. INTANGÍVEL

	Taxas de Amortização	Controladora		Consolidado	
		31/12/20	31/12/19	31/12/20	31/12/19
Fundo de comércio na aquisição de pontos comerciais	10%	380	463	380	463
Softwares	10% a 20%	18.731	15.507	18.921	15.745
Projeto Cartão Verde	10%	-	-	376	470
Desenvolvimento de sistemas	10%	-	-	11.929	3.602
Outros ativos intangíveis	10% a 20%	5.546	6.309	11.908	18.129
Total intangível		24.657	22.279	43.514	38.409

Os montantes registrados como outros ativos intangíveis referem-se principalmente ao desenvolvimento de sistemas das atividades tanto de varejo quanto de serviços financeiros.

Custo -	Controladora			
	Fundo de comércio na aquisição de pontos comerciais	Softwares	Outros ativos intangíveis	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018	10.947	38.308	7.143	56.398
Adições	-	2.636	2.932	5.568
Transferências	-	76	(681)	(605)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	10.947	41.020	9.394	61.361
Adições	-	5.560	2.762	8.322
Transferências	-	54	(2.954)	(2.900)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	10.947	46.634	9.202	66.783
Amortização Acumulada -				
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(10.401)	(23.345)	(2.497)	(36.243)
Adições	(83)	(2.168)	(588)	(2.839)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(10.484)	(25.513)	(3.085)	(39.082)
Adições	(83)	(2.390)	(571)	(3.044)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(10.567)	(27.903)	(3.656)	(42.126)
Valor Residual em 31/12/2018	546	14.963	4.646	20.155
Valor Residual em 31/12/2019	463	15.507	6.309	22.279
Valor Residual em 31/12/2020	380	18.731	5.546	24.657

Notas Explicativas

Movimentação do intangível	Fundo de comércio na aquisição de pontos comerciais					Consolidado	
	Softwares	Projeto Cartão verde	Desenvolvimento de sistemas	Outros ativos intangíveis	Total		
Custo -							
Saldo em 31 de dezembro de 2018	10.947	41.832	6.454	5.683	13.602	78.518	
Adições	-	2.636	-	-	9.862	12.498	
Transferências	-	76	-	1.621	(2.302)	(605)	
Saldo em 31 de dezembro de 2019	10.947	44.544	6.454	7.304	21.162	90.411	
Adições	-	5.560	-	91	6.838	12.489	
Transferências	-	54	-	9.520	(12.474)	(2.900)	
Saldo em 31 de dezembro de 2020	10.947	50.158	6.454	16.915	15.526	100.000	
Amortização Acumulada -							
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(10.401)	(26.582)	(5.890)	(3.259)	(2.445)	(48.577)	
Adições	(83)	(2.217)	(94)	(443)	(588)	(3.425)	
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(10.484)	(28.799)	(5.984)	(3.702)	(3.033)	(52.002)	
Adições	(83)	(2.438)	(94)	(1.284)	(585)	(4.484)	
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(10.567)	(31.237)	(6.078)	(4.986)	(3.618)	(56.486)	
Valor Residual em 31/12/2018	546	15.250	564	2.424	11.157	29.941	
Valor Residual em 31/12/2019	463	15.745	470	3.602	18.129	38.409	
Valor Residual em 31/12/2020	380	18.921	376	11.929	11.908	43.514	

Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia avaliou e não identificou fatores que indicassem que os ativos mantidos pela Companhia não gerarão benefícios econômicos futuros suficientes para recuperar seu valor contábil, portanto não foi necessário mensurar e registrar provisão para redução ao seu valor recuperável.

18. FORNECEDORES E FORNECEDORES CONVÊNIO

	Controladora e Consolidado	
	31/12/20	31/12/19
Fornecedores (a)	361.550	274.291
Ajuste a valor presente	(4.289)	(6.830)
Total Fornecedores	357.261	267.461
Fornecedores - convênio (b)	12.105	46.590
Total Fornecedores Convênio	12.105	46.590

- a) Representa o saldo a pagar pela compra de mercadorias a prazo junto a fornecedores, registrado ao valor presente na data da transação com prazo médio de 96 dias (113 dias em 31 de dezembro de 2019). Inclui também financiamento direto por certos fornecedores no montante de R\$ 19.555 (R\$ 16.461 em 31 de dezembro de 2019) com prazo médio de 45 dias (50 dias em 31 de dezembro de 2019) sujeito a juros de mercado.
- b) Tratam-se de saldos a pagar junto a fornecedores pela compra de mercadorias a prazo, que optaram por antecipá-los por intermédio de instituições financeiras parceiras da Companhia. Devido às características de negociação comercial de prazos entre fornecedores e a Companhia, estes saldos foram incluídos em programas de antecipação de recursos utilizando linhas de crédito da

Notas Explicativas

Companhia junto às instituições financeiras. A Companhia identificou que esta transação possui uma natureza específica e a classifica separadamente da rubrica fornecedores no balanço patrimonial.

Movimentação do ajuste a valor presente:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/20	31/12/19
Saldo no início do período	(6.830)	(10.757)
Ajuste a valor presente	(13.616)	(23.957)
Realização do ajuste a valor presente	16.157	27.884
Saldo no final do período	(4.289)	(6.830)

A Companhia utilizou a taxa de 0,36% mensal (0,57% em 2019) para cálculo de ajuste a valor presente.

19. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

<u>Em moeda nacional</u>	<u>Taxa de juros</u>	<u>Vencimento final</u>	Controladora e Consolidado	
			31/12/20	31/12/19
Capital de giro	Juros de 1,85% a 2,35% a.a. + CDI	2021	8.704	34.661
Capital de giro	Juros de 1,85% a 2,45% a.a. + CDI	2021 a 2024	184.964	182.283
Capital de giro	Juros de 4,28% a 4,84% a.a. + CDI	2021 a 2023	58.677	-
Debêntures (a)	Juros de 1,50% a.a. + 100% CDI	2024	123.042	117.426
Consórcio		2024	356	269
Subtotal			375.743	334.639
<u>Em moeda estrangeira</u>				
Capital de giro (b)	Juros de 4,77% a.a. + dólar	2020	-	1.733
Contrato de Swap	Juros de 4,05% a.a. + CDI	2020	-	(373)
Subtotal			-	1.360
Total			375.743	335.999
Circulante			167.908	69.235
Não circulante			207.835	266.764
CDI - Certificado de Depósito Interbancário.				
Indexador			2020	2019
CDI (12 meses)			2,75%	5,94%

- a) Representa o saldo de 1º emissão de debêntures simples não conversíveis em ações de emissão da Companhia, em série única, da espécie quirográfica, com garantia adicional na forma da garantia real. A emissão ocorreu em 16 de dezembro de 2019 sob a forma nominativa e escritural, sem emissão de cautelas e certificados, equivalente a 120.000 (cento e vinte mil) debêntures. Sobre o valor nominal unitário incide taxa de 1,50% a.a. + CDI.
- b) Representa o saldo da operação de empréstimo em dólares norte-americanos, com swap atrelado, com objetivo de trocar os riscos de taxa cambial por taxa de juros de 4,05% a.a. + CDI. A operação em conjunto com o instrumento financeiro derivativo foi totalmente liquidada no exercício corrente.

As parcelas do passivo não circulante dos empréstimos e financiamentos vencem como segue:

Notas Explicativas

Ano de vencimento

	Controladora e Consolidado	
	31/12/20	31/12/19
2021	-	83.692
2022	87.056	74.135
2023	64.859	63.001
2024	55.920	45.936
Total	<u>207.835</u>	<u>266.764</u>

Os empréstimos e financiamentos referem-se, principalmente, a capital de giro utilizado para financiar as operações da Companhia.

A movimentação apresentada nas atividades de financiamento do fluxo de caixa é a seguinte:

	Controladora e Consolidado
Em 31 de dezembro de 2018	245.489
Reclassificação leasing para passivo de arrendamentos	(3.600)
Captações - capital de giro	322.085
Varição monetária e juros	21.199
Amortização de juros	(22.575)
Amortização de principal	(226.599)
Em 31 de dezembro de 2019	335.999
Captações - capital de giro	92.219
Varição monetária e juros	19.156
Amortização de juros	(11.119)
Amortização de principal	(60.512)
Em 31 de dezembro de 2020	375.743

Cláusulas restritivas de contratos de financiamento

Sobre os contratos de financiamento em aberto em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 a Companhia está sujeita ao atendimento de certas cláusulas financeiras restritivas, que possuem medição anual e/ou semestral, conforme demonstrado abaixo:

Dívida líquida/EBITDA $\leq 2,0x$;
 Dívida financeira líquida/EBITDA $\leq 2,0x$;
 EBITDA /resultado financeiro $\geq 2,0x$.

Por dívida líquida, entende-se o somatório de todos os empréstimos e financiamentos, excluindo-se disponibilidade de caixa e equivalentes de caixa, e aplicações financeiras.

Por dívida financeira líquida, entende-se o somatório de todos os empréstimos e financiamentos, excluindo-se disponibilidade de caixa e equivalentes de caixa, e aplicações financeiras desconsiderando os equivalentes de caixa e aplicações financeiras do FIDC Verdecard.

EBITDA definido contratualmente como Lucro/Prejuízo operacional antes do resultado financeiro líquido, somadas as depreciações e amortizações.

Todos os covenants estão sendo cumpridos e não há nenhum evento de default.

Notas Explicativas

Garantias de contratos de financiamento

A Companhia possui linha de contrato de empréstimo no qual foram concedidas as garantias listadas abaixo:

- (i) duplicatas e/ou boletos de cobrança relativos a transações de pagamentos à vista ou parcelado sem juros, mantidos em uma conta caução de instituições financeiras;
- (ii) rendimentos das cotas subordinadas do FIDC Verdecard;
- (iii) recebíveis outros cartões (Visa, Mastercard e Elo);
- (iv) Standby Letter of Credit - Nota Promissória no valor de R\$ 30.000;
- (v) Certificado de depósito bancário no montante de R\$ 3.000.

20. CONTAS A PAGAR POR AQUISIÇÃO DE INVESTIMENTO

Contas a pagar por aquisição de investimento refere-se à retenção contratual para garantia do cumprimento de obrigações assumidas pelos antigos acionistas da Companhia conforme Instrumento Particular de Assunção de Dívida e Outras Avenças, celebrado em 5 de outubro de 2010. O passivo foi assumido pela Companhia como resultado de reorganização societária ocorrida em fevereiro de 2016. A dívida está sujeita à atualização com base em 100% da taxa DI.

A movimentação do saldo de contas a pagar está demonstrada como segue:

	Controladora e Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2018	46.346
Atualização	2.607
Amortização	<u>(2.465)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2019	46.488
Atualização	<u>1.287</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2020	47.775

21. PROVISÃO PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, TRABALHISTAS E CÍVEIS

A Companhia e as suas controladas são parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. As provisões constituídas para as ações consideradas de perda provável são as seguintes:

Natureza				Controladora			Saldo final 31/12/2020
	Saldo final 31/12/2018	Adição a provisão	Reversões	Saldo final 31/12/2019	Adição a provisão	Reversões	
Cíveis (a)	413	456	(286)	583	7.206	(390)	7.399
Trabalhistas (b)	2.669	731	(740)	2.660	1.502	(1.115)	3.047
Tributárias							
Federal (c)	5.945	-	-	5.945	12.430	(1.054)	17.321
Total provisões	9.027	1.187	(1.026)	9.188	21.138	(2.559)	27.767

Notas Explicativas

Natureza				Consolidado			
	Saldo final 31/12/2018	Adição a provisão	Reversões	Saldo final 31/12/2019	Adição a provisão	Reversões	Saldo final 31/12/2020
Cíveis (a)	1.098	1.397	(541)	1.954	8.262	(1.189)	9.027
Trabalhistas (b)	2.766	731	(836)	2.661	1.509	(1.116)	3.054
Tributárias							
Federal (c)	5.945	-	-	5.945	12.430	(1.054)	17.321
Total provisões	9.809	2.128	(1.377)	10.560	22.201	(3.359)	29.402

As provisões para as perdas decorrentes destes processos são baseadas na opinião do departamento jurídico da Companhia e de seus assessores legais externos e são estimadas e atualizadas pela Administração.

Descritivo do que se referem às causas cíveis e trabalhistas prováveis:

- a) Referem-se principalmente à ação ajuizada exigindo o recolhimento de contribuições de direitos autorais referente a reproduções audiovisuais realizadas nas lojas da Companhia. Em 31 de dezembro de 2019 essa ação estava classificada com probabilidade de perda possível, e no exercício de 2020 a ação passou a ter probabilidade de perda classificada como provável, fazendo parte das provisões cíveis da Companhia.
- b) Refere-se a discussões que envolvem, principalmente, reclamações de horas-extras, rescisões e outras.
- c) Refere-se principalmente a discussões que envolvem a incidência da contribuição previdenciária sobre o terço de férias, e também a discussões que envolvem o afastamento da incidência das contribuições de PIS e COFINS sobre a venda a varejo dos produtos de tecnologia relacionados no programa de inclusão digital. Com relação a incidência da contribuição previdenciária sobre o terço de férias, a Companhia possui ação judicial sobre o tema, mas com o julgamento da matéria pelo STF ocorrido em 28 de agosto de 2020, decidindo em caráter de repercussão geral (RE 1.072.485), quanto a constitucionalidade da incidência da referida contribuição, a Companhia junto aos seus assessores jurídicos entende que a probabilidade de perda dos montantes não recolhidos compreendendo os períodos de 2008 a 2020 se torna provável, e por esse motivo constituiu provisão dos montantes em suas demonstrações financeiras.

Conforme mencionado na nota explicativa nº. 13, existe contrato entre a Companhia e os antigos controladores para ressarcimento de pagamentos incorridos com contingências geradas antes da data de venda da empresa. A Companhia efetua provisão no passivo para todos os riscos cuja perda seja avaliada como provável.

Em relação às ações cuja perda é avaliada como possível pela Companhia, suportada pelos seus assessores legais, não foram constituídas provisões. A composição desses processos que não estão sujeitos a reembolso por parte dos antigos controladores é a seguinte:

Notas Explicativas

<u>Natureza</u>	<u>31/12/20</u>	<u>31/12/19</u>
Trabalhista (a)	1.058	2.062
Cível (b)	4.648	8.010
Tributárias (c)	1.345	-
Total	7.051	10.072

- a) Referem-se a diversas demandas trabalhistas que envolvem, principalmente, reclamações de horas-extras, rescisões, não tendo nenhum processo específico em relevância.
- b) Referem-se a diversas demandas de reclamações cíveis, principalmente de reclamações de clientes, cuja perda é avaliada como possível pela Companhia, não tendo nenhum processo específico em relevância.
- c) Referem-se a discussões que envolvem a incidência de medida provisória antidumping sobre porcelanato importado da China, e também cobrança de ICMS-ST sobre o valor do frete pago para transporte de cimento entre fornecedores e estabelecimentos da Companhia.

22. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/20</u>	<u>31/12/19</u>	<u>31/12/20</u>	<u>31/12/19</u>
IR a recolher	4.392	2.003	4.887	2.336
PIS a recolher	1.156	1.219	1.277	1.337
COFINS a recolher	5.334	5.319	5.982	5.940
CSLL a recolher	507	371	753	624
ICMS a recolher	4.090	2.353	4.090	2.353
ISS a recolher	425	347	590	513
	15.904	11.612	17.579	13.103

23. RECEITAS DIFERIDAS

Nos anos de 2012, 2014, 2015 e 2016 a Companhia celebrou contrato com parceiros comerciais para comercialização de produto de seguros pactuados em contratos operacionais firmados entre as partes.

A companhia recebeu a título de receita de remuneração das seguradoras nestes períodos o montante de R\$ 25.925 pela cessão do direito de uso do canal de distribuição que serão reconhecidos no resultado até o ano de 2021, à medida que a prestação do serviço de comercialização dos produtos financeiros das seguradoras seja efetuada.

No exercício de 2020 a Companhia recebeu também adiantamento a título de remuneração por conta de contrato firmado com o banco parceiro, referente a concessão do direito de exclusividade para a realização do processamento da folha de pagamento de todos os seus colaboradores, que serão reconhecidos no resultado até o ano de 2024, à medida que a prestação dos serviços seja efetuada.

Notas Explicativas

A estimativa da Administração para a realização destas receitas diferidas e seu respectivo reconhecimento no resultado do exercício de acordo com a prestação de serviço, está demonstrado conforme segue:

	Controladora e Consolidado	
	<u>31/12/20</u>	<u>31/12/19</u>
2020	-	1.593
2021	1.460	1.460
2022	78	-
2023	78	-
2024	79	-
Total	1.695	3.053

24. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

Em 10 de julho de 2020, o conselho de Administração da Companhia aprovou o aumento do capital social, dentro do limite do capital autorizado, em decorrência do exercício de opções de compra de ações no âmbito do Plano 2017, no montante total de R\$ 26.764, com a consequente emissão de 15.405.268 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas na presente data.

Em 06 de agosto de 2020, o conselho de Administração da Companhia aprovou o aumento do capital social, dentro do limite do capital autorizado, em decorrência da liquidação da oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias, nominativas, e escriturais da Companhia, conforme Assembleia Geral Extraordinária realizada em 5 de fevereiro de 2020, aprovando a abertura de capital da Companhia e submissão de pedido de registro de emissora de valores mobiliários, Categoria “A”, perante a Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), nos termos da Instrução CVM nº480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada (“Instrução CVM 480”). O aumento de capital ocorreu no montante de R\$ 279.867 mediante a emissão de 22.123.894 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas na presente data.

Em 24 de setembro de 2020, o conselho de Administração da Companhia aprovou o aumento do capital social, dentro do limite do capital autorizado, em decorrência do exercício de opções de compra de ações no âmbito do Plano 2017, no montante total de R\$ 4.104, com a consequente emissão de 1.651.663 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas na presente data.

A Companhia não é controlada, direta ou indiretamente, por outra entidade ou pessoa física. Em 31 de dezembro de 2020 o capital social da Companhia é representado por 187.290.269 (148.109.444 em 31 de dezembro de 2019), ordinárias nominativas e sem valor nominal, totalmente subscrito integralizado, no montante de R\$ 450.563 (R\$ 139.827 em 31 de dezembro de 2019).

De acordo com o estatuto social, o capital social poderá ser aumentado mediante deliberação do Conselho de Administração e independente de reforma do Estatuto Social, até o limite de 150.000.000 de ações ordinárias, excluídas as ações já emitidas, mediante emissão de novas ações

Notas Explicativas

ordinárias, nominativas, sem valor nominal.

b) Reserva de capital

Em 31 de dezembro de 2020, os valores registrados na conta de reserva de capital correspondem aos montantes constituídos a título de plano de opção de ações, e os gastos de emissão de ações em decorrência da oferta pública de ações.

c) Reserva legal

Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia possui registrado na rubrica de Reserva legal o montante de R\$ 3.816 (423 em 2019). A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social, de acordo com o art. 193 da Lei das Sociedades por Ações.

d) Reserva de incentivos fiscais

A Companhia goza de incentivos fiscais de ICMS na forma de crédito presumido, com seus impactos no resultado. A Administração, tendo em vista a publicação da Lei Complementar 160/17 e em conformidade com a Lei 6.404/76, os destinou como reserva de incentivos fiscais. Em 31 de dezembro de 2020 o saldo é de R\$ 6.916 (R\$ 2.936 em 2019).

24.1 Oferta pública de ações

A Companhia obteve registro em 7 de agosto de 2020 de emissora de valores mobiliários, Categoria “A”, perante a Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) para a oferta pública de distribuição primária e secundária de 176.424.212 ações ordinárias, nominativas, escriturais, sem valor nominal, todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames (“Ações”), sendo:

(i) 22.123.894 novas Ações de emissão da Companhia (“Oferta Primária”);

(ii) 154.300.318 Ações de emissão da Companhia e de titularidade dos Acionistas Vendedores (“Oferta Secundária” e, em conjunto com a Oferta Primária, “Oferta”), ao preço de R\$12,65 por Ação (“Preço por Ação”), perfazendo o montante total de R\$ 2.231.766.

Até 31 de dezembro de 2020, a Companhia incorreu com R\$ 31.470 em gastos com a Oferta. Esses gastos estão apresentados nestas demonstrações financeiras em Gastos com emissão de ações, registrados no Patrimônio líquido.

24.2 Dividendos

O estatuto social da Companhia determina que por proposta da Diretoria, aprovada pelo Conselho de Administração, a Companhia pode pagar ou creditar juros aos acionistas, a título de remuneração do capital próprio, observada a legislação aplicável. As eventuais importâncias assim desembolsadas poderão ser imputadas ao valor do dividendo obrigatório mínimo de 25% do lucro líquido ajustado, nos termos do inciso I do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, ressalvadas as hipóteses previstas nos parágrafos 3º e 4º do artigo 202 da referida lei.

Em 17 de julho de 2020 a Companhia pagou aos seus acionistas juros sobre capital próprio que foram imputados ao valor de dividendos, apurados e consignados nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2019, no montante de R\$ 5.081 líquidos do imposto de renda retido na fonte.

Notas Explicativas

Em 31 de dezembro de 2020 o montante de dividendos obrigatórios mínimos calculados sobre o resultado do exercício a serem distribuídos aos acionistas é de R\$ 15.123, dos quais R\$ 12.593 (R\$ 11.630 líquidos do imposto de renda retido na fonte) serão pagos na forma de juros sobre capital próprio imputados ao valor dos dividendos mínimos obrigatórios.

Exercício de 2020

Lucro líquido do exercício	67.866
Reserva legal (5% do lucro líquido do exercício)	(3.393)
Reserva para incentivos fiscais	(3.980)
Base de cálculo dos dividendos	60.493
Dividendo mínimo obrigatório (25%)	15.123
Dividendos a distribuir	15.123

Os montantes de dividendos, apurados e consignados nas demonstrações financeiras de 2020, serão pagos no decorrer do exercício de 2021.

24.3 Lucro por Ação

a) Lucro básico por ação:

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do resultado atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias existentes durante o exercício, sendo a média ponderada utilizada no cálculo do resultado por ação efetuada como segue:

<u>Quantidade ponderada de ações ordinárias - 31/12/2020</u>								
01/01/2020 a 09/07/2020	10/07/2020 a 05/08/2020	06/08/2020 a 23/09/2020	24/09/2020 a 31/12/2020		Média ponderada			
77.292.087	+	12.062.561	+	24.853.256	+	50.660.483		164.868.386

<u>Quantidade ponderada de ações ordinárias - 31/12/2019</u>				
01/01/2019 a 08/12/2019	09/12/2019 a 31/12/2019		Média ponderada	
150.626.061	+	9.332.924	=	159.958.985

Lucro básico

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Lucro atribuível aos acionistas da sociedade	67.866	30.122
Quantidade média ponderada de ações ordinárias (em milhares)	164.868	159.959
Lucro básico por ação ordinária	<u>0,41164</u>	<u>0,18831</u>

b) Lucro diluído por ação:

O Lucro diluído por ações da Companhia para o exercício de 2020, considera o incremento diluidor nas ações ordinárias em função do plano de opções de ações de 2020.

Notas Explicativas

Lucro diluído

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Lucro atribuível aos acionistas da sociedade	67.866	30.122
Quantidade média ponderada de ações ordinárias (em milhares)	164.868	159.959
Incremento nas ações ordinárias em função do plano de opções (em milhares)	197	-
Lucro diluído por ação ordinária	<u>0,41115</u>	<u>0,18831</u>

24.4 Plano de opção de compra de ações

As outorgas de opções de compra de ações estão sob a vigência do Plano de opção de compra de ações aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária dos Acionistas da Companhia, realizada no dia 31 de dezembro de 2017.

O programa regulado pelo Plano de opções de compra de ações das outorgas realizado em 31 de dezembro de 2017, prevê que somente mediante a ocorrência de eventos de liquidez listados no Plano de opções de compra de ações, as ações vestidas se tornarão exercíveis.

A adesão ao programa de outorga de opção requer o pagamento do preço de aquisição de cada participante de acordo com a quantidade de opções. As opções foram adquiridas pelos participantes em sua totalidade no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, pelo valor total de R\$ 1.888, reconhecido como reserva de capital no patrimônio líquido.

No ano de 2020 ocorreu o exercício total das opções pelos beneficiários do plano, e estão demonstrados conforme segue:

Série de opções	Data de outorga	Prazo de Carência	Valor de exercício da opção	Quantidade em 31/12/2019	Opções exercidas	Quantidade em 31/12/2020
Opção 1-a	31/12/2017	31/12/2018	1,195	7.823.564	(7.823.564)	-
Opção 1-b	31/12/2017	31/12/2018	2,485	3.303.326	(3.303.326)	-
Opção 1-c	31/12/2017	31/12/2018	1,195	767.252	(767.252)	-
Opção 1-c	31/12/2017	31/12/2022	1,195	207.796	(207.796)	-
Opção 1-d	31/12/2017	30/06/2019	1,195	660.666	(660.666)	-
Opção 1-d	31/12/2017	31/12/2020	1,195	660.666	(660.666)	-
Opção 2	31/12/2017	30/06/2019	2,908	3.633.661	(3.633.661)	-

24.4.1 Plano 2020

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 16 de junho de 2020, foi aprovado o Plano de opção de compra de ações da Companhia (“Plano 2020”). O Plano 2020 estabelece as condições gerais de outorga de opções de compra de ações ordinárias de emissão da Companhia (“Ações”), nos termos do art. 168, § 3º, da Lei das Sociedades por Ações. São elegíveis ao Plano 2020 os administradores, executivos, empregados e prestadores de serviços da Companhia e de suas controladas, e que sejam selecionados a exclusivo critério do Conselho de Administração para receberem opção de compra que atribui ao seu titular o direito à aquisição de Ações, estritamente nos termos e condições estabelecidos no Plano 2020 (“Participantes” e “Opções”, respectivamente). O Conselho de Administração indicará, dentre os elegíveis, os Participantes (aqueles aos quais serão oferecidas Opções), bem como aprovará a distribuição das Opções entre os Participantes.

Cada Opção dará direito ao Participante de adquirir 1 (uma) Ação, sujeito aos termos e condições estabelecidos no respectivo Contrato de Opção. As Opções que poderão ser outorgadas no âmbito do Plano 2020 deverão conferir direitos sobre um número de Ações que não exceda 7% (sete por

Notas Explicativas

cento) da quantidade total de Ações representativas do capital social total da Companhia imediatamente após o IPO da Companhia na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, numa base totalmente diluída e levando em consideração as novas Ações a serem emitidas no exercício das Opções nos termos do Plano. As Ações vinculadas às Opções rescindidas ou canceladas antes de serem plenamente exercidas serão novamente liberadas para a outorga futura de Opções.

O Conselho de Administração definirá, em cada Programa e em relação a cada classe de Opção, o prazo a partir do qual a Opção concedida aos Participantes tornar-se-á potencialmente apta a exercício. Na Reunião do Conselho de Administração da Companhia, realizada em 10 de julho de 2020, foi aprovado o 1º Programa no âmbito Plano 2020 e a alocação das opções para determinados beneficiários, nos termos do documento apresentado na referida reunião. Foram concedidas 10.069.373 Opções no âmbito do Plano 2020, sob condição suspensiva da realização da oferta pública inicial de ações da Companhia (IPO), o que ocorreu em 7 de agosto de 2020.

As opções tornar-se-ão aptas a exercício na medida em que o Participante permanecer continuamente vinculado como Administrador, Executivo, Empregado ou Prestador de Serviço da Companhia ou de suas Controladas até cada uma das datas a seguir, nas seguintes hipóteses:

- (i) 10% (dez por cento) das referidas Opções se tornarão Opções Vestidas em 7 de agosto de 2021;
- (ii) 10% (dez por cento) das referidas Opções se tornarão Opções Vestidas em 7 de agosto de 2022;
- (iii) 20% (vinte por cento) das referidas Opções se tornarão Opções Vestidas em 7 de agosto de 2023;
- (iv) 20% (vinte por cento) das referidas Opções se tornarão Opções Vestidas em 7 de agosto de 2024; e
- (v) 40% (quarenta por cento) das referidas Opções se tornarão Opções Vestidas em 7 de agosto de 2025.

Para o exercício das Opções outorgadas, os participantes do Plano 2020 deverão pagar um preço de exercício por Opção, o qual corresponderá ao preço de emissão ou de aquisição da Ação. O preço de exercício é fixado com base (i) no preço da Ação definido na data de precificação da oferta pública inicial de ações (“IPO”) da Companhia, para as Opções outorgadas até o 6º (sexto) mês da data em que ocorrer o IPO; ou (ii) na média ponderada de cotação das Ações em um determinado número de pregões anteriores à data de outorga a ser definido pelo Conselho de Administração (“Preço de Exercício”). Ainda, o Preço de Exercício será reduzido por proventos por ação declarados e distribuídos pela Companhia a seus acionistas a partir de 7 de agosto de 2020, seja a título de dividendos e juros sobre o capital próprio, corrigidos pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (“IPCA”) desde o dia 7 de agosto de 2020 até o efetivo pagamento do Preço de Exercício.

O valor justo das opções outorgadas é calculado na data da respectiva outorga com base no modelo de Black&Scholes. Para determinação do valor justo, a Companhia utilizou premissas como:

- (a) Valor de exercício da opção: o preço de exercício de cada opção será de R\$ 12,65 (doze reais e sessenta e cinco centavos). A partir de 7 de agosto de 2020 e até a data do efetivo pagamento, o Preço de Exercício passará a ser corrigido pela variação do IPCA;

Notas Explicativas

- (b) Volatilidade: foi utilizado o valor correspondente a 22,0%, estimada com base em um grupo de empresas com características similares às da Companhia, sendo elas empresas brasileiras de varejo em geral e empresas internacionais de varejo de material de construção;
- (c) Taxa de juros livre de risco: a Companhia utilizou curva da taxa DI x pré da data da precificação do preço de exercício, ou seja, 7 de agosto de 2020;
- (d) Dividendo esperado: como as opções terão seu preço de exercício ajustado por proventos, utilizou-se zero como dividendo esperado; e
- (e) Prazo do direito de aquisição: o prazo limite para exercício das opções corresponde a até 12 meses contados a partir da data em que as opções se tornem exercíveis, entretanto a Companhia utilizou como premissa para o cálculo um prazo de 6 meses, entendendo ser o tempo médio que ocorrerá o exercício das opções após as mesmas se tornarem exercíveis.

As informações das outorgas do Plano 2020 estão demonstradas conforme segue:

	Data de outorga	Prazo de Carência	Valor de exercício da opção	Valor justo	Quantidade de opções outorgadas no período e em circulação em 31/12/2020
SOP - ANO 1	07/08/2020	07/08/2021	12,65 + IPCA	1,35024	1.006.937
SOP - ANO 2	07/08/2020	07/08/2022	12,65 + IPCA	1,71763	1.006.937
SOP - ANO 3	07/08/2020	07/08/2023	12,65 + IPCA	2,15549	2.013.875
SOP - ANO 4	07/08/2020	07/08/2024	12,65 + IPCA	2,64243	2.013.875
SOP - ANO 5	07/08/2020	07/08/2025	12,65 + IPCA	3,11430	4.027.749
					10.069.373

Não existiram opções com direito prescrito ou expiradas no exercício. Nenhuma das opções em circulação em 31 de dezembro de 2020 é exercível. O impacto acumulado a partir da data da outorga de 07 de agosto de 2020 até 31 de dezembro de 2020, foi de R\$ 2.615, reconhecido como despesa no resultado do exercício.

25. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/20	31/12/19	31/12/20	31/12/19
Receita operacional bruta	1.715.464	1.358.074	2.098.180	1.713.639
Vendas de mercadorias	1.631.814	1.279.712	1.631.815	1.279.712
Prestação de serviços	83.650	78.362	466.365	433.927
(-) Impostos incidentes sobre as vendas	(391.163)	(294.198)	(408.061)	(309.225)
(-) Devoluções e abatimentos	(68.901)	(60.331)	(68.955)	(60.382)
	1.255.400	1.003.545	1.621.164	1.344.032

A partir de março de 2019, como resultado de alterações na legislação do ICMS ST do Rio Grande do Sul, (decreto nº 54.308/2018), o contribuinte substituído apura e toma periodicamente o crédito presumido de ICMS ST nas compras de mercadorias sujeitas à substituição tributária. A mudança no tratamento contábil dado ao crédito ocasiona um impacto no sentido de reduzir o custo da revenda de mercadorias e de aumentar o valor dos impostos incidentes sobre as vendas. Os meses de janeiro e fevereiro de 2019 não estavam abrangidos pela nova sistemática de apuração trazida pelo decreto nº 54.308/2018, e representam um montante de R\$ 21.470 que não geraram aumento na linha de impostos incidentes sobre vendas em 2019.

Abaixo encontra-se divulgada a tabela indicando a receita bruta líquida de devolução e abatimentos

Notas Explicativas

total obtida por cada uma das atividades de negócio:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/20	31/12/19	31/12/20	31/12/19
Varejo	1.573.323	1.229.894	1.573.323	1.229.894
Serviços financeiros	73.240	67.849	391.846	359.901
Cartões de crédito	-	-	64.056	63.462
Total	1.646.563	1.297.743	2.029.225	1.653.257

26. CUSTOS DAS MERCADORIAS VENDIDAS E DOS SERVIÇOS PRESTADOS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/20	31/12/19	31/12/20	31/12/19
Custo das Mercadorias Vendidas e Serviços Prestados				
Custo da revenda de mercadorias	811.424	642.113	811.424	642.113
Custo da prestação de serviços	8.615	9.519	139.937	159.878
	820.039	651.632	951.361	801.991

Como mencionado nas Notas 11 e 25, a alteração na sistemática de apuração e registro contábil do ICMS ST ocasionou acréscimo na despesa de ICMS, com uma correspondente redução do custo da revenda de mercadorias. Os meses de janeiro e fevereiro de 2019 não estavam abrangidos pela nova sistemática de apuração trazida pelo decreto nº 54.308/2018, nos quais representam um montante de R\$ 20.811 que não impactaram em redução do custo da revenda de mercadorias em 2019.

27. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS – LÍQUIDAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/20	31/12/19	31/12/20	31/12/19
<u>Outras despesas operacionais líquidas</u>				
Resultado na venda de ativo imobilizado	11	14	11	14
Provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis (a)	(18.535)	(390)	(18.796)	(978)
Custos de estruturação FIDC Verdecard	(2.201)	(2.201)	(3.097)	(2.945)
Provisão bônus FIDC Verdecard	-	(8.411)	-	(9.000)
Despesa não recorrente - preparação para a abertura de capital	-	(777)	-	(777)
Despesa plano de opção de compra de ações	(2.615)	-	(2.615)	-
Perdas com sinistros	(558)	(818)	(558)	(818)
Recuperações de créditos fiscais (b)	11.074	-	11.074	-
Honorários advocatícios recuperação de créditos fiscais	(2.729)	-	(2.729)	-
Outras despesas operacionais	(1.287)	(290)	(1.309)	(253)
	(16.840)	(12.873)	(18.019)	(14.757)

- (a) Refere-se as provisões constituídas consideradas como chance de perda provável para as ações de riscos tributários, trabalhistas e cíveis, baseadas na opinião do departamento jurídico da Companhia e de seus assessores legais externos. Maiores detalhes na nota explicativa nº 21.
- (b) Refere-se a outras receitas relativo ao valor de principal do processo que exclui o ICMS da base de cálculo de PIS/COFINS compreendendo os períodos de 05/2010 a 02/2017, maiores detalhes na nota explicativa nº 11. Os montantes compreendendo os períodos de 03/2017 a

Notas Explicativas

05/2017 já estavam registrados anteriormente nas demonstrações financeiras da Companhia, quando do julgamento do RE 574.706 pelo STF em março de 2017.

28. DESPESAS POR NATUREZA

A Companhia apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas baseada na sua função. As informações sobre a natureza das despesas operacionais reconhecidas na demonstração do resultado são apresentadas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/20	31/12/19	31/12/20	31/12/19
Custo das mercadorias vendidas	811.424	642.113	811.424	642.113
Custo da prestação de serviços	8.615	9.519	139.937	159.878
Despesas com pessoal	315.339	262.826	331.175	275.502
Despesas com serviços de terceiros	28.731	23.957	31.235	26.258
Despesa com locação de lojas, equipamentos e outros	9.335	7.327	10.691	8.788
Despesa com depreciação e amortização	62.361	49.901	63.805	50.492
Créditos fiscais depreciação e amortização	(2.562)	(2.014)	(2.562)	(2.014)
Perdas com créditos	1.311	913	1.503	1.185
Provisão bônus FIDC Verdecard	-	8.411	-	9.000
Compartilhamento de despesas entre empresas do grupo	(37.972)	(32.311)	-	-
Outras	74.908	55.274	80.388	58.848
Total das despesas	1.271.490	1.025.916	1.467.596	1.230.050
Custo das mercadorias vendidas e serviços prestados	820.039	651.632	951.361	801.991
Despesas com vendas	343.674	286.675	346.436	287.673
Despesas administrativas e gerais	90.937	74.736	151.780	125.629
Outras despesas operacionais	16.840	12.873	18.019	14.757
Total das despesas	1.271.490	1.025.916	1.467.596	1.230.050

29. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	31/12/20	31/12/19	31/12/20	31/12/19
Receitas financeiras				
Juros de mora recebidos	4.939	1.330	6.613	3.407
Variações monetárias ativas (a)	7.593	2.310	7.595	2.493
Ajuste a valor presente	5.212	10.326	5.212	10.326
Rendimentos quotas FIDC Verdecard	151.123	116.095	-	-
PIS/COFINS sobre receitas financeiras	(7.613)	(5.576)	(888)	(389)
Outros	240	167	490	183
Subtotal	161.494	124.652	19.022	16.020
Despesas financeiras				
Juros s/ empréstimos e mora	(24.890)	(25.318)	(25.068)	(25.325)
Juros passivo de arrendamentos	(19.389)	(15.066)	(19.389)	(15.066)
Variações monetárias passivas	(1.178)	(3.454)	(994)	(1.188)
Atualização contas a pagar por aquisição de investimento	(1.287)	(2.607)	(1.287)	(2.607)
Ajuste a valor presente	(16.157)	(27.884)	(16.157)	(27.884)
IOF	(1.301)	(2.106)	(1.315)	(2.272)
Descontos concedidos	(190)	(210)	(912)	(663)
Outros	(8.547)	(6.360)	(9.026)	(7.473)
Subtotal	(72.939)	(83.005)	(74.148)	(82.478)
Resultado financeiro	88.555	41.647	(55.126)	(66.458)

Notas Explicativas

- (a) Refere-se principalmente à atualização monetária do processo que exclui o ICMS da base de cálculo de PIS/COFINS no montante de R\$ 6.241. Maiores detalhes podem ser verificados na nota explicativa nº 11.

30. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

Os principais instrumentos financeiros e seus valores registrados nas demonstrações financeiras, por categoria, são os seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/20	31/12/19	31/12/20	31/12/19
	Valor contábil	Valor contábil	Valor contábil	Valor contábil
Ativos financeiros				
<u>Custo amortizado:</u>				
Caixa e equivalentes de caixa	417.497	148.840	475.437	240.251
Contas a receber de clientes	91.838	98.919	664.526	587.204
Partes relacionadas - ativo	-	11.292	-	11.292
Outros créditos	46.338	20.554	57.700	28.955
<u>Valor justo por meio do resultado:</u>				
Aplicações Financeiras	5.401	2.094	31.536	30.035
Passivos financeiros				
<u>Passivos financeiros mantidos ao custo amortizado:</u>				
Fornecedores	357.261	267.461	357.261	267.461
Fornecedores convênio (a)	12.105	46.590	12.105	46.590
Obrigações com conveniadas (b)	-	-	120.682	105.908
Passivos de Arrendamento	308.013	207.630	308.013	207.630
Contas a pagar por aquisição de investimento	47.775	46.488	47.775	46.488
Empréstimos e financiamentos	375.743	335.999	375.743	335.999
Quotas seniores FIDC Verdecard	-	-	296.268	359.325
<u>Passivos financeiros avaliados a valor justo:</u>				
Instrumentos financeiros derivativos	-	373	-	373

- a) Fornecedores convênio tratam-se de saldos a pagar junto a fornecedores pela compra de mercadorias a prazo, que optaram por antecipá-los por intermédio de instituições financeiras parceiras da Companhia, conforme descrito na nota explicativa nº 18.
- b) Em obrigações com conveniadas estão registrados os valores devidos aos estabelecimentos conveniados, referentes às transações com cartões de crédito VerdeCard.

Os instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado, cujos valores justos diferem dos saldos contábeis, encontram-se divulgados na nota explicativa nº 30.3.

Os valores justos de caixas e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, outros créditos, partes relacionadas – ativo, aplicações financeiras, fornecedores, fornecedores convênio, obrigações com conveniadas, contas a pagar por aquisição de investimento, passivos de arrendamento, e Quotas Seniores FIDC Verdecard são equivalentes aos seus valores contabilizados.

30.1 - Considerações sobre os fatores de riscos que podem afetar os negócios da Companhia e suas subsidiárias:

a) Risco de Crédito

O risco de crédito refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações contratuais, levando a Companhia a incorrer em perdas financeiras.

Notas Explicativas

A Companhia está exposta ao risco de crédito para caixas e equivalentes de caixa e aplicações financeiras mantidos com instituições financeiras e a posição de contas a receber de clientes geradas em suas transações comerciais.

* *Caixa e equivalentes de Caixa e aplicações financeiras:* a fim de minimizar o risco de crédito desses investimentos, os investimentos em instituições financeiras são alvos de análises as quais levam em consideração limites monetários e as avaliações das instituições financeiras.

* *Contas a receber:*

As políticas de vendas da Companhia buscam minimizar esse risco por meio da seleção criteriosa da carteira de clientes que considera a capacidade de pagamento (análise de crédito) e da diversificação de suas vendas (pulverização do risco).

O risco de crédito relativo ao contas a receber é minimizado pelo fato de grande parte das vendas serem realizadas por meio de cartões de crédito seja ele próprio ou de terceiros. Nas transações com cartão de crédito próprio, a Companhia transfere os recebíveis em atraso de forma definitiva e sem direito de regresso para a instituição financeira parceira do cartão, proporcionando por esse motivo o desconhecimento desse contas a receber. Nas transações envolvendo cartões de crédito terceiros, o risco de crédito pertence à instituição emissora do cartão do cliente.

A Companhia possui provisão para créditos de liquidação duvidosa de financiamento próprio, no montante de R\$ 56.850 (R\$ 88.380 em 31 de dezembro de 2019), conforme demonstrado na nota explicativa nº 8.

b) Risco de Mercado – Taxa de juros

Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Companhia ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações de curto e longo prazo da Companhia sujeitas a taxas de juros variáveis, principalmente o CDI.

c) Risco de Taxa de Câmbio

A Companhia eventualmente realiza algumas transações em moeda estrangeira; consequentemente, surgem exposições a variações nas taxas de câmbio. As exposições aos riscos de taxa de câmbio são administradas de acordo com os parâmetros estabelecidos pelas políticas aprovadas, por meio da utilização de contratos futuros de moeda.

O risco cambial é decorrente de operações comerciais futuras e atuais, geradas pela captação de capital de giro em dólar norte americano. A política de gestão de risco cambial definida pela Administração da Companhia é a de proteger 100% a variação de taxa de câmbio destes contratos em moeda estrangeira atrelando a taxas de juros do CDI.

A operação de swap contratada para proteção cambial existente no exercício de 2019 foi totalmente liquidada no exercício corrente.

Notas Explicativas

d) Risco de Gestão de Capital

O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que esta mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital livre de problemas a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista.

A Companhia administra o capital por meio de quocientes de alavancagem, que é a dívida líquida dividida pelo capital total. A Companhia inclui na dívida líquida os empréstimos e financiamentos, menos caixa e equivalentes de caixa, e aplicações financeiras.

A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas.

Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante o exercício de 2020.

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/20</u>	<u>31/12/19</u>	<u>31/12/20</u>	<u>31/12/19</u>
	Valor contábil	Valor contábil	Valor contábil	Valor contábil
Caixa e equivalentes de caixa	417.497	148.840	475.437	240.251
Aplicações Financeiras	5.401	2.094	31.536	30.035
Empréstimos e financiamentos	(375.743)	(335.999)	(375.743)	(335.999)

e) Risco de Liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A responsabilidade final pelo gerenciamento do risco de liquidez é do Conselho de Administração, que acompanha periodicamente a projeção de fluxo de caixa da companhia e realiza gestão de risco de liquidez, gerenciando as necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. Portanto, a Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais e da combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

A tabela abaixo apresenta um sumário do perfil de vencimento dos passivos financeiros da Companhia com base em pagamentos não descontados e previstos em contrato:

Notas Explicativas

		Controladora				
31 de dezembro de 2020	Valor Contábil	Fluxo de caixa				
		contratual	12 meses	2 anos	3 anos	4 anos ou mais
Passivos financeiros não derivativos						
Empréstimos e financiamentos	375.743	391.592	161.270	88.838	66.175	75.309
Fornecedores	357.261	357.261	357.261	-	-	-
Fornecedores convênio	12.105	12.105	12.105	-	-	-
Passivos de Arrendamento	308.013	420.955	67.005	61.005	112.075	180.869
Contas a pagar por aquisição de investimento	47.775	47.775	-	29.127	-	18.648

		Consolidado				
31 de dezembro de 2020	Valor Contábil	Fluxo de caixa				
		contratual	12 meses	2 anos	3 anos	4 anos ou mais
Passivos financeiros não derivativos						
Empréstimos e financiamentos	375.743	391.592	161.270	88.838	66.175	75.309
Financiamentos quotas seniores FIDC Verdecard	296.268	296.268	81.406	103.079	79.920	31.863
Obrigações com conveniadas	120.682	120.682	120.682	-	-	-
Fornecedores	357.261	357.261	357.261	-	-	-
Fornecedores convênio	12.105	12.105	12.105	-	-	-
Passivos de Arrendamento	308.013	420.955	67.005	61.005	112.075	180.869
Contas a pagar por aquisição de investimento	47.775	47.775	-	29.127	-	18.648

30.2 - Análise de sensibilidade de instrumentos financeiros

A Companhia apresenta a seguir as informações suplementares sobre seus instrumentos financeiros, as quais são requeridas pelas IFRS e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil.

Na elaboração dessa análise de sensibilidade suplementar, a Companhia adotou as seguintes premissas:

- Identificação dos riscos de mercado que podem gerar prejuízos materiais para a Companhia, que são os mesmos divulgados na nota explicativa nº 30.1.b.
- Definição de um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, possa gerar resultados adversos para a Companhia e que é referenciada por fonte externa independente.
- Apresentação do impacto do cenário definido no valor justo dos instrumentos financeiros operados pela Companhia.

30.2.1 Análise de sensibilidade da taxa de juros

Os resultados da Companhia estão suscetíveis a variações das taxas de juros incidentes sobre aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos com taxas de juros variáveis, atreladas principalmente ao CDI. A Administração da Companhia não tem conhecimento de fatos que tenham ou possam vir a ter impactos significativos neste índice de forma a afetar os resultados da Companhia.

Um aumento ou uma redução de 100 pontos base é utilizado para apresentar internamente os riscos de taxa de juros ao pessoal-chave da Administração e corresponde à avaliação da Administração das possíveis mudanças nas taxas de juros.

Se as taxas de juros fossem 52% mais altas/baixas e todas as outras variáveis se mantivessem constantes, o lucro do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 diminuiria/aumentaria em R\$

Notas Explicativas

1.206. Isso ocorre principalmente devido à exposição do Grupo às taxas de juros dos empréstimos feitos a taxas pós-fixadas.

30.3 Mensuração de valor justo

A Companhia divulga o valor justo dos instrumentos financeiros mensurados a valor justo e dos instrumentos financeiros mensurados ao custo de amortização, cujos respectivos valores justos diferem dos saldos contábeis, conforme CPC 46 e a IFRS 13, os quais referem a conceitos de avaliação e requerimentos de divulgações.

Os valores justos de caixas e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, outros créditos, partes relacionadas – ativo, aplicações financeiras, fornecedores, fornecedores convênio, obrigações com conveniadas, contas a pagar por aquisição de investimento e Quotas Seniores FIDC Verdecard são equivalentes aos seus valores contabilizados.

Os valores justos são calculados pela projeção do fluxo de caixa futuros e descontados a valor presente considerando taxas de mercado atuais para cada operação.

A tabela a seguir apresenta a hierarquia dos valores justos de ativos e passivos financeiros registrados a valor justo e dos instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado, cujo valor justo está sendo divulgado nas demonstrações financeiras:

	Nível	Controladora			
		31/12/20		31/12/19	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros					
Aplicações financeiras	2	5.401	5.401	2.094	2.094
Passivos financeiros					
Empréstimos e financiamentos (custo amortizado)	(*)	375.743	354.512	335.999	343.488
	Nível	Consolidado			
		31/12/20		31/12/19	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros					
Aplicações financeiras	2	31.536	31.536	30.035	30.035
Passivos financeiros					
Empréstimos e financiamentos (custo amortizado)	(*)	375.743	354.512	335.999	343.488

(*) Nível 2: Mensuração do valor justo na data do balanço utilizando outras premissas significativas observáveis.

31. ARRENDAMENTOS

A tabela abaixo evidencia as taxas de desconto utilizadas para o desconto a valor presente dos fluxos de pagamentos dos aluguéis, vis-à-vis os prazos dos contratos:

Notas Explicativas**Contratos por prazo e taxa de desconto**

Controladora e Consolidado	
Prazos Contratos	Taxas % a.a.
1 a 5 anos	7,81%
5 a 10 anos	8,38%
> 10 anos	8,16%

Conforme a Revisão de Pronunciamentos Técnicos – N° 16/2020A do Comitê de Pronunciamentos Técnicos, a Companhia optou por adotar o expediente prático nos benefícios sobre pagamentos de arrendamentos relacionados à COVID-19. No exercício de 2020, estes benefícios totalizaram R\$ 1.843, apresentados na movimentação abaixo juntamente com contraprestações pagas.

A movimentação de saldos do passivo de arrendamento é apresentada no quadro abaixo:

Passivo de Arrendamento	Controladora e Consolidado		
	Direito de Uso	Máquinas e Equipamentos	Consolidado
Saldo em 01/01/2019 (adoção inicial)	152.096	3.600	155.696
Adições	42.079	-	42.079
Remensurações/Baixas	45.457	-	45.457
Contraprestações pagas	(49.552)	(1.115)	(50.667)
Juros do Período	14.762	304	15.066
Saldo em 31/12/2019	204.842	2.789	207.631
Adições	104.508	-	104.508
Remensurações/Baixas	37.628	-	37.628
Contraprestações pagas	(59.940)	(1.202)	(61.142)
Juros do Período	19.085	304	19.389
Saldo em 31/12/2020	306.123	1.891	308.013

O quadro abaixo a análise de maturidade de seus contratos, prestações não descontadas, conciliadas com o saldo contábil:

Maturidade dos Contratos	Controladora e Consolidado		
	31/12/2019		
Vencimentos das prestações (R\$ Mil)	Direito de Uso	Máquinas e Equipamentos	Consolidado
< 1 ano	53.048	1.203	54.250
1 a 5 anos	144.465	2.447	146.912
5 a 10 anos	70.979	-	70.979
Valores não descontados	268.491	3.649	272.141
Juros embutidos	(63.651)	(861)	(64.511)
Saldo em 31/12/2019	204.842	2.789	207.631

Maturidade dos Contratos	Controladora e Consolidado		
	31/12/2020		
Vencimentos das prestações (R\$ Mil)	Direito de Uso	Máquinas e Equipamentos	Consolidado
< 1 ano	67.005	1.294	68.299
1 a 5 anos	61.005	1.153	62.158
5 a 10 anos	112.075	-	112.075
> 10 anos	180.869	-	180.869
Valores não descontados	420.953	2.447	423.400
Juros embutidos	(114.830)	(556)	(115.386)
Saldo em 31/12/2020	306.123	1.891	308.013

A movimentação de saldos do ativo direito de uso é evidenciada no quadro abaixo, conforme a classe do ativo:

Notas Explicativas

Ativo de Arrendamento	Controladora e Consolidado		
	Máquinas e		
	Direito de Uso	Equipamentos	Consolidado
Saldo em 01/01/2019 (adoção inicial)	141.478	3.966	145.444
Adições	42.079	-	42.079
Remensurações/Baixa	44.751	-	44.751
Depreciação	(37.211)	(445)	(37.656)
Saldo em 31/12/2019	191.096	3.521	194.617
Adições	104.508	-	104.508
Remensurações/Baixas	30.153	-	30.153
Depreciação	(39.587)	(444)	(40.031)
Saldo em 31/12/2020	286.170	3.077	289.247

A seguir é apresentado quadro indicativo do direito potencial de PIS/COFINS a recuperar embutido na contraprestação de arrendamento/locação, conforme os períodos previstos para pagamento. Saldos não descontados e saldos descontados a valor presente:

Fluxos de Caixa	Controladora e Consolidado			
	31/12/2020		31/12/2019	
	Total de Obrigações	Ajustado a Valor Presente	Total de Obrigações	Ajustado a Valor Presente
Contraprestações do arrendamento	423.401	308.013	272.141	207.631
Contraprestações direito de uso	420.954	306.123	268.491	204.842
Contraprestações máquinas e equipamentos	2.447	1.891	3.649	2.789
Potencial de Créditos Fiscais	27.011	19.650	14.954	11.409

	Controladora e Consolidado					
	31/12/2020			31/12/2019		
	Direito de Uso	Equipamentos	Consolidado	Direito de Uso	Equipamentos	Consolidado
Contraprestações pagas	(59.940)	(1.202)	(61.142)	(49.552)	(1.115)	(50.667)
Contraprestações pagas líquidas	(56.552)	(1.202)	(57.754)	(46.832)	(1.115)	(47.946)
PIS e COFINS pagos	(3.388)	-	(3.388)	(2.720)	-	(2.720)
Créditos fiscais ativo direito de uso	(2.562)	-	(2.562)	(2.014)	-	(2.014)
Créditos fiscais passivo de arrendamento	(826)	-	(826)	(706)	-	(706)

Impactos provocados pela plena aplicação do CPC06 (R2)

A Companhia em plena conformidade com o IFRS16 / CPC06 (R2), na mensuração e na remensuração de seu passivo de arrendamento e do direito de uso, procedeu ao uso da técnica de fluxo de caixa real descontado (sem considerar a inflação futura projetada nos fluxos a serem descontados), conforme vedação imposta pelo CPC 06 (R2), ao mesmo tempo que o valor presente foi obtido através da aplicação de uma taxa de juros nominal, ou seja, que inclui componente inflacionário futuro. Portanto, embora a metodologia contábil utilizada esteja em linha com a regra disposta no IFRS 16/ CPC 06 (R2), ela gera diferenças na informação devido ao descasamento entre fluxo de caixa e valor presente, dada a realidade atual das taxas de juros de longo prazo no ambiente econômico brasileiro.

A tabela a seguir detalha as diferenças entre saldos de ativo, saldos de passivo, valores de depreciação, e juros, ano a ano, entre a metodologia sugerida no Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP/nº 02/2019 e a adoção escolhida pela Companhia, em plena conformidade com o IFRS 16/ CPC06 (R2). A tabela evidencia que ao final dos contratos de arrendamento ambas as formas de adoção apresentam efeito nulo no Patrimônio Líquido da Companhia.

Notas Explicativas

Tabela Comparativa de Aplicações do IFRS 16 / CPC 06 (R2) considerando Inflação (Direito de Uso)

<i>(Em milhares de Reais)</i>	Ano 0	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5	Ano 6	Ano 7	Ano 8	Ano 9	Ano 10	Ano 11	Ano 12	Ano 13	Ano 14	Ano 15	Ano 16	Ano 17	Ano 18	Ano 19	Ano 20	Ano 21
Passivo de Arrendamento																						
IFRS 16 / CPC 06 (R2)	152.096	204.842	306.123	261.490	219.597	182.151	147.646	117.652	90.000	64.431	43.077	29.159	22.982	21.085	19.176	17.124	14.918	12.415	9.724	6.832	3.722	-
Nota Explicativa	174.324	247.524	353.187	310.664	269.087	230.035	192.848	158.455	124.984	93.123	65.628	47.358	37.882	35.248	32.618	29.605	26.176	22.071	17.446	12.254	6.446	-
% BP sobre nota explicativa	(12,75%)	(17,24%)	(13,33%)	(15,83%)	(18,39%)	(20,82%)	(23,44%)	(25,75%)	(27,99%)	(30,81%)	(34,36%)	(38,43%)	(39,33%)	(40,18%)	(41,21%)	(42,16%)	(43,01%)	(43,75%)	(44,26%)	(44,25%)	(42,26%)	-
Ativo de Arrendamento																						
IFRS 16 / CPC 06 (R2)	141.478	191.096	286.170	236.684	192.217	153.783	120.160	92.274	68.017	46.985	30.054	19.155	14.272	12.601	11.026	9.451	7.876	6.300	4.725	3.150	1.575	-
Nota Explicativa	158.159	222.621	318.847	266.309	218.581	176.623	139.561	108.392	81.170	57.302	37.823	24.995	19.016	16.798	14.699	12.599	10.499	8.399	6.299	4.200	2.100	-
% BP sobre nota explicativa	(10,55%)	(14,16%)	(10,25%)	(11,12%)	(12,06%)	(12,93%)	(13,90%)	(14,87%)	(16,20%)	(18,00%)	(20,54%)	(23,36%)	(24,94%)	(24,99%)	(24,99%)	(24,99%)	(24,99%)	(24,99%)	(24,99%)	(24,99%)	(24,99%)	-
Despesa Financeira																						
IFRS 16 / CPC 06 (R2)		(14.762)	(19.086)	(22.965)	(19.490)	(16.324)	(13.515)	(10.953)	(8.637)	(6.457)	(4.523)	(3.004)	(2.112)	(1.769)	(1.633)	(1.490)	(1.336)	(1.177)	(991)	(789)	(572)	(339)
Nota Explicativa		(16.981)	(25.266)	(26.444)	(23.166)	(20.034)	(17.151)	(14.394)	(11.742)	(9.155)	(6.734)	(4.734)	(3.479)	(2.916)	(2.747)	(2.560)	(2.345)	(2.110)	(1.815)	(1.481)	(1.104)	(682)
% BP sobre nota explicativa		(13,07%)	(24,46%)	(13,16%)	(15,87%)	(18,52%)	(21,20%)	(23,91%)	(26,44%)	(29,47%)	(32,83%)	(36,55%)	(39,29%)	(39,34%)	(40,53%)	(41,79%)	(43,01%)	(44,19%)	(45,43%)	(46,73%)	(48,21%)	(50,34%)
Despesa de Depreciação																						
IFRS 16 / CPC 06 (R2)		(35.197)	(43.674)	(46.892)	(41.871)	(36.177)	(31.621)	(26.149)	(22.695)	(19.676)	(15.828)	(10.154)	(4.521)	(1.523)	(1.429)	(1.429)	(1.429)	(1.429)	(1.429)	(1.429)	(1.429)	(1.429)
Nota Explicativa		(36.764)	(44.119)	(49.493)	(44.912)	(39.464)	(34.832)	(29.213)	(25.460)	(22.319)	(18.200)	(11.943)	(5.532)	(2.020)	(1.906)	(1.906)	(1.906)	(1.906)	(1.906)	(1.906)	(1.906)	(1.906)
% BP sobre nota explicativa		(4,26%)	(1,01%)	(5,26%)	(6,77%)	(8,33%)	(9,22%)	(10,49%)	(10,86%)	(11,84%)	(13,03%)	(14,98%)	(18,27%)	(24,59%)	(24,99%)	(24,99%)	(24,99%)	(24,99%)	(24,99%)	(24,99%)	(24,99%)	(24,99%)

Notas Explicativas

32. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

Os valores de coberturas de suas apólices vigentes em 31 de dezembro de 2020 são como segue:

	<u>31/12/20</u>
Danos materiais por incêndio	71.172
Danos materiais por vendaval	10.000
Danos em vidros e luminosos	800
Danos elétricos	1.500
Perdas por roubo de mercadorias	2.000
Perdas por roubo de valores (espécie)	500
Cobertura despesas fixas	100
Cobertura de Aluguéis	1.322
Cobertura de alagamento	1.000
Responsabilidade Civil	1.420
Lucros Cessantes	174.625
Inclusões/exclusões de bens/ locais e alteração de valores em risco	5.000
Bens de terceiros em poder do segurado	73
Honorários de peritos / danos materiais	1.000
Cobertura total	<u>270.512</u>

33. INFORMAÇÕES ADICIONAIS AOS FLUXOS DE CAIXA

A Administração da Companhia define como “caixa e equivalentes de caixa” valores mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo e não para investimento ou outros fins. As aplicações financeiras possuem características de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e não estão sujeitas a risco de mudança significativa de valor.

Em 31 de dezembro de 2020, os saldos que compõem esta conta estão representados conforme nota explicativa nº 6.

A Administração da Companhia classificou os juros pagos sobre financiamentos, arrendamentos e mútuo como fluxos de caixa de financiamento porque tratam-se de custos de obtenção de recursos financeiros.

As movimentações patrimoniais que não afetaram os fluxos de caixa da Companhia são como segue:

Notas Explicativas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/20	31/12/19	31/12/20	31/12/19
Provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis sujeito a ressarcimento por antigos controladores	44	(229)	46	(227)
Aquisição de imobilizado	(1.884)	(1.115)	(1.884)	(1.115)
Adições ao intangível	(153)	(424)	(153)	(424)
Ativo direitos de uso	(141.310)	(228.307)	(141.310)	(228.307)
Imposto de renda e Contribuição social diferido	-	(3.610)	-	(3.609)
Passivo de arrendamentos	141.310	242.525	141.310	242.525
Dividendos e juros sobre capital próprio	15.123	5.102	15.123	5.102
IRRF Juros sobre capital próprio	963	21	963	21
Gastos com emissões de ações pagos em períodos anteriores	(4.756)	-	(4.756)	-

34. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 26 de janeiro de 2021 foi realizada Reunião do Conselho de Administração da Companhia, deliberando sobre a aprovação do 2º Programa de Outorga de Opções da Companhia (“2º Programa”) no âmbito do Plano de Opção de Compra de Ações, aprovado pela Companhia em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 16 de junho de 2020 (“SOP 2020”). O 2º Programa foi aprovado, no âmbito do SOP 2020, contemplando a alocação de 2.530.000 (dois milhões e quinhentas e trinta mil) Opções para determinados executivos, empregados e prestadores de serviços da Companhia.

Pareceres E Declarações / Relatório do Auditor Independente

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da

Lojas Quero-Quero S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas das Lojas

Quero-Quero S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020

e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, das Lojas Quero-Quero S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo "International

Accounting Standards Board - IASB".

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

a) Plano de opção de compra de ações da Companhia ("Plano 2020")

Conforme divulgado nas notas explicativas nº 3.15 e nº 24.4.1 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Companhia concede benefício de longo prazo aos seus gestores principais na forma de um programa de opção de compra de ações. Em 2020, a Companhia aprovou o Plano 2020 assim como as outorgas do 1º programa no âmbito desse plano. O plano foi classificado como uma transação com pagamento baseado em ações liquidadas com instrumentos patrimoniais e o valor justo dos serviços recebidos foi mensurado de forma indireta com base no valor justo dos instrumentos patrimoniais outorgados. Em função do julgamento significativo exercido pela Companhia na determinação da metodologia de mensuração do valor justo e na definição das premissas utilizadas, tais como volatilidade, taxa de juros livre de risco e dividendo esperado, consideramos esse tema um assunto relevante para a nossa auditoria. O impacto reconhecido nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 é uma despesa no resultado do exercício de R\$ 2.615 mil com contrapartida no patrimônio líquido.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (a) a comparação dos termos e condições das outorgas concedidas incluídas no cálculo do valor justo e da despesa reconhecida com os instrumentos particulares de opção de compra de ações celebrados com os beneficiários; (b) envolvimento dos nossos especialistas em avaliação de valor justo para nos auxiliar na avaliação da consistência das principais premissas utilizadas pela Administração com dados históricos e informações disponíveis de mercado, na avaliação da metodologia adotada e na revisão da consistência matemática do cálculo efetuado; (c) o teste da alocação da despesa nos períodos de aquisição de direito; e (d) a avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Com base no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, entendemos que a metodologia adotada e as premissas utilizadas, assim como a mensuração dos montantes reconhecidos e as respectivas divulgações nas notas explicativas, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado ("DVA") referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria, executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as demais demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e de suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

• Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria do Grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também, aos responsáveis pela governança, declaração de que cumprimos com

as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Porto Alegre, 2 de março de 2021

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

Jonas Dal Ponte

Auditores Independentes

Contador

CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" RS

CRC nº RS 058908/O-1

Pareceres E Declarações / Parecer ou Relatório Resumido, se Houver, do Comitê de Auditoria (estatutário ou Não)

PARECER DO COMITÊ DE AUDITORIA

O Comitê de Auditoria da Lojas Quero-Quero S.A, no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, conforme previsto no Regimento Interno, revisou e discutiu com a administração e o auditor independente as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, acompanhadas de minuta do parecer dos auditores independentes, que conclui que as Demonstrações Financeiras Anuais de 2020 refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia e suas controladas. Suportado pela opinião dos Auditores Independentes e pela supervisão exercida sobre os trabalhos das áreas de Compliance, Controles Internos e Auditoria Interna ao longo do ano de 2020, o Comitê de Auditoria recomenda a aprovação das referidas Demonstrações Financeiras pelo Conselho de Administração da Companhia.

Cachoeirinha, 02 de março de 2021.

Francisco Henrique Passos Fernandes

Christiano Antoniazzi Galló

Flávio Benicio Jansen Ferreira

Pareceres E Declarações / Declaração Dos Diretores Sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES

Declaram, nos termos do artigo 29, §1º, inciso II, da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada, que, em conjunto: reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

Cachoeirinha, 02 de março de 2021.

PETER TAKAHARU FURUKAWA

Diretor Presidente

JEAN PABLO DE MELLO

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

ALBERTO CIMENTI NETO

Diretor sem designação específica

LUCIANO MATZENBACHER SCOTTA

Diretor sem designação específica

DANIEL JOSÉ ARTUS

Diretor sem designação específica

MIRSON JOSE ENGELMANN

Diretor sem designação específica

Pareceres E Declarações / Declaração Dos Diretores Sobre O Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES

Declaram, nos termos do artigo 29, §1º, inciso II, da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada, que, em conjunto: reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

Cachoeirinha, 02 de março de 2021.

PETER TAKAHARU FURUKAWA

Diretor Presidente

JEAN PABLO DE MELLO

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

ALBERTO CIMENTI NETO

Diretor sem designação específica

LUCIANO MATZENBACHER SCOTTA

Diretor sem designação específica

DANIEL JOSÉ ARTUS

Diretor sem designação específica

MIRSON JOSE ENGELMANN

Diretor sem designação específica